

**Relatório dos Fóruns Regionais de Discussão da Proposta do
Plano Diretor realizados de 05/05 a 16/05/2018**

13 de Julho de 2018

Versão 2.



IPPLAN

REALIZAÇÃO



EXECUÇÃO



Prefeito

Felício Ramuth

Vice-prefeito

Ricardo Nakagawa

Equipe Técnica da PMSJC

**Secretaria Urbanismo e
Sustentabilidade**

Secretário

Marcelo Pereira Manara

Diretor de Gestão Ambiental

Ronaldo Madureira

**Diretor de Planejamento Urbano e
Rural (Coordenação)**

Oswaldo Vieira de Paula Júnior

Equipe Técnica da SEURBS

Andrea Sundfeld Penido

Carolina Abrahão Alves

Elaine Paula Pacheco Nanni da Silva

Gabriela de Nadai

Isabela Janson

João Roberto Quaggio Barreto

Lívia Correa Silva

Maiara Resende

Marcelo da Silva Reis

Maria Lígia Machado Torquato

Paulo Eduardo de Oliveira Costa

Priscila Veiga Vinhas

Tatiana Araripe

Equipe Técnica do IPPLAN

Bruna Lahos de Jesus Bacic

Flávia Costa Galvão

Laís Silva Amorim

Lívia Louzada de Toledo Pugliese

Natália Vieira Palomares

Pietro de Almeida Cândido

Thiago Batista dos Santos

Diretor Executivo IPPLAN

Ronaldo Queiroga

Conselho Gestor do Plano Diretor

Câmara Técnica

Andrea Sundfeld
Ângela Aparecida L. Paiva Fernandes
Antônio Miguel Vieira Monteiro
Arlindo Ap. Regis De Oliveira Jr.
Daniel Rodrigues Mello
Guido Santos De Almeida Junior
Marcelo Pereira Manara
Maria Rita Singulano
Nilson Franco Martins
Oswaldo Vieira De Paula Junior

Demais Membros Do Conselho Gestor

Adalberto Silvestre
Andrea Hitomi Enomoto
Ângela Aparecida Da Silva
Antônio Martins Ferreira
Bruno Uemura Da Silva Lourenço
Carlos Alexandre Wuensche
Carlos Roberto Wandenkolk Da Cunha
Claudia Vanessa De Oliveira Santos Lopes
Daniela Do Amaral Moretti
Débora Redondo
Dolores Moreno Pino
Douglas De Almeida Silva
Eurípedes Barsanulfo Gonçalves
Fabiana Vieira Dias Alves

Felipe Birman
Fernando Alves De Christo
Gabriel Alves Da Silva Junior
Geraldo Da Silva Pinheiro Junior
Geraldo Mira Dos Santos
Gianfranco Asdente Baradel
Jaqueline Mergen
José Celso Bueno
José Lincoln Trigo Delgado De Almeida
Juliana Regina Campos Faria
Luigi Betoncini
Marcelo Santos Leandro
Maria Angélica Braga A. Silva
Maria De Fatima Gilberti
Maria Regina De Aquino Silva
Marta Rizzi Daniel
Massuo Kimura
Michele Carolina Moraes M. De Sá
Natalia Barbosa Helbusto
Paulo Eduardo Oliveira Costa
Paulo Roberto Guimarães Junior
Roberto Acay
Roberto Zanetti Pereira
Rodolfo Marcos Venâncio
Rogerio Lemes De Paiva
Ronaldo Ferreira
Ronaldo Gonçalves Madureira
Ruth Maria B. Macedo Otta
Valeria Rodrigues De Souza
Vicente De Moraes Cioffi
Walter Brant Zaroni De Paiva
Weber Souza Lima Rios Pereira

**Colaboração da UNIVAP
através do Termo Aditivo Nº 4 ao
Convênio de Cooperação Técnico-
Científica-Educacional entre a
Fundação Vale Paraibana de
Ensino, mantenedora da UNIVAP, e
o IPPLAN.**

Alunos de graduação

Dayane Sprovieri

Debora de Souza da Silva

Diego Sanchez

Estela Prado de Jesus

Isabela dos Reis Santos

Izabela G. Romero

Julia Cardoso dos Santos

Laís M. de Alencar Ribeiro

Letícia Sodré Pinheiro da Silva

Maria Fernanda D. Craveiro

Marina Neves Hisse de Castro

Melissa da Silva Oliveira

Rodrigo Moreira de Aquino

Solange Faria da Luz

Victoria Maciel O. Nascimento

Professores responsáveis

Edvaldo Gonçalves de Amorim

Maria Angélica Toniolo

Colaboração com o IPPLAN nos Fóruns Regionais

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. PLANEJAMENTO.....	18
Comunicação e Mobilização Social para os Fóruns Regionais do Plano Diretor.....	18
Metodologia para condução do Fórum.....	23
Metodologia para análise dos resultados.....	25
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS FÓRUNS REGIONAIS.....	29
Local dos Fóruns.....	29
Caracterização regional.....	31
Participação geral.....	35
Contribuições.....	38
4. RESULTADOS.....	48
5. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	79
6. ANEXOS.....	81
LISTAS DE PRESENÇA.....	81
INSCRIÇÕES DE FALA.....	81
CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS.....	81
DOCUMENTOS PROTOCOLADOS.....	81
AVALIAÇÕES.....	81
DOCUMENTOS PROTOCOLADOS NA SEURBS.....	81
TABELA DE CONTRIBUIÇÕES DOS FÓRUNS REGIONAIS.....	81
TABELA DE CONTRIBUIÇÕES COLETADAS NO SITE.....	81
TABELA DE DOCUMENTOS PROTOCOLADOS NA PMSJC/SEURBS.....	81

APRESENTAÇÃO

Desde o final de 2015, o IPPLAN trabalha juntamente com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC) na revisão do Plano Diretor de São José dos Campos, através dos Contratos de Gestão nº 22.159/2010 e nº 410/2016 e seus aditivos. A elaboração ou revisão do Plano Diretor é prevista no Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/2001. Foram realizadas análises do Plano Diretor em vigor, capacitações, mapas temáticos e análises para contribuir com o diagnóstico e com a proposta em diferentes momentos de interação com a sociedade.

Tendo em vista a revisão do Plano Diretor de São José dos Campos e a melhoria nos processos da sua implementação, foram planejados momentos de interação com a sociedade, estruturados de forma a garantir uma efetiva participação na formulação desta importante política pública, conforme estabelece o Estatuto da Cidade.

O trabalho realizado pelo IPPLAN teve como objetivo facilitar a interação entre poder público e sociedade, de forma a captar as percepções da sociedade civil organizada e do cidadão comum para contribuir com a elaboração da revisão do Plano Diretor, promovendo a gestão democrática do planejamento urbano.

O propósito das atividades relacionadas à participação popular foi:

- Discutir a proposta do Plano Diretor divulgada pela PMSJC em Abril/2018.
- Compreender a percepção do cidadão e quais são seus consensos e dissensos dentre os temas da Proposta.

O caderno de Proposta do Plano Diretor encontra-se disponível no site oficial, em formato de texto corrido. A proposta foi apresentada e discutida com a população durante os Fóruns Regionais.

O Conselho Gestor auxiliou durante os processos ocorridos em 2016, 2017 e também em 2018. As Atas de Reuniões, bem como o plano de trabalho e os cronogramas, podem ser encontrados no site oficial do Plano Diretor.

O objetivo deste documento é apresentar os resultados obtidos com a discussão nos Fóruns Regionais, realizados no período de 05 de Maio a 16 de Maio de 2018,

apresentando os esforços demandados para sua execução de forma transparente e acessível a toda a população.

O presente documento está dividido em:

1. Introdução: são apresentadas as atividades relacionadas a essa etapa do Plano Diretor de discussão da proposta preliminar;
2. Planejamento: é apresentado o processo de planejamento dos Fóruns, a quantidade, os locais, as datas, a metodologia aplicada nos Fóruns, além da metodologia de análise das contribuições para a Proposta do Plano Diretor, entre outros;
3. Caracterização Geral dos Fóruns Regionais: apresenta os quantitativos da participação nos Fóruns Regionais.
4. Resultados: são mostradas as análises das contribuições realizadas de forma oral, escrita, documentos protocolados nos Fóruns e na SEURBS e também das contribuições via site;
5. Considerações finais: é efetuado um balanço do trabalho realizado nos Fóruns Regionais;
6. Anexos: são apresentados os materiais e documentos produzidos para os fóruns, como lista de presença, lista de inscrição para fala, lista dos documentos protocolados e contribuições escritas, bem como os respectivos documentos.

Espera-se com este documento fomentar junto à sociedade a discussão final da Proposta do Plano Diretor, que ainda passará por mais dois momentos de discussão pública: o Fórum Final e o ciclo de Audiências Públicas. Também se busca documentar esta etapa participativa, dando transparência ao processo democrático e permitindo que tanto os participantes dos Fóruns quanto os cidadãos que não puderam participar tenham acesso ao conteúdo da discussão pública da proposta preliminar do Plano Diretor.

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) Art. 2º, inciso II, estabelece a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

No caso de São José dos Campos, essa interação com a sociedade ocorreu até o presente momento através de:

- Conselho Gestor, constituído em 12 de agosto de 2016. O Conselho Gestor é composto por membros do Poder Público, Movimentos Populares, Movimentos Estudantis, ONGs, Sindicatos, Entidades Acadêmicas e de Pesquisa, Conselhos Profissionais e Empresários;
 - Pesquisas, Seminários e Eventos abertos à população.
 - Oficinas de Leitura Comunitária, realizadas em todas as regiões geográficas do município, objetivando sensibilizar a população quanto à importância do Plano Diretor e levantar suas principais percepções acerca do desenvolvimento urbano de forma ampla, colhendo informações que poderão contribuir de forma valiosa ao diagnóstico e às proposições para o PD do município.
 - Fóruns Regionais de discussão da Proposta do Plano Diretor, realizados em todas as regiões geográficas do município com o objetivo de apresentar a proposta e discutir com a população, antes do Projeto de Minuta de Lei.

O primeiro evento foi o de abertura da revisão da Proposta do Plano em 2016. O seminário “Plano Diretor 2016: Preparando a cidade que queremos”, que contou com a participação de especialistas na área para debater o processo de elaboração do Plano Diretor, dando uma perspectiva quanto aos planos existentes no município e apresentando visões de futuro possíveis para as cidades. Posteriormente ocorreu a 6ª Conferência Municipal da Cidade, onde os participantes sugeriram a criação de um Conselho Gestor que acompanhasse a elaboração do Plano Diretor, em todas as suas etapas.

Em Julho/2016 a PMSJC lançou o edital de convite as entidades a participarem da reunião para formação do Conselho Gestor para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI.

O Conselho Gestor foi formado a partir do Decreto n.17141/2016 com a finalidade de cumprir os princípios da eficiência, transparência e publicidade que devem nortear os atos da Administração Pública. O Conselho é um órgão colegiado, composto por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil de natureza temporária.

O Art. 3º traz a constituição do Conselho:

Titulares	Suplentes	Representante
9	9	Poder Público Municipal
2	2	Entidades Sindicais
2	2	Entidades Estudantis
2	2	Entidades Empresariais relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano
6	6	Entidades Profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais
2	2	Organizações não governamentais com atuação na área de desenvolvimento urbano

Tabela 1: Constituição base do Conselho Gestor

O Conselho Gestor foi eleito pelos pares em 04 de agosto de 2016, com a função de acompanhar a realização de Oficinas, audiências públicas e similares, acompanhar as fases de revisão do PD, garantir a participação da Sociedade Civil, promover a cooperação entre os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil além de promover a divulgação das suas ações a população. As demais atribuições podem ser consultadas no Decreto citado. Atualmente o Conselho Gestor é composto pelos seguintes membros:

Membros Titulares e Suplentes do Conselho Gestor do Plano Diretor - 2018			
Segmento	Entidade	Membros CGPD	Titular
			Suplente
ONG	Atus-Sfxavier	Maria De Fatima Gilberti	Titular
	Dandara	Valeria Rodrigues de Souza	Suplente
	Gce	José Lincoln Trigo Delgado de Almeida	Titular
	Juv. Lixo Zero	Fernando Alves de Christo	Suplente
Entidades Profissionais, Acadêmicas e	Univap	Guido Santos de Almeida Junior	Titular
	Univap	Maria Regina de Aquino Silva	Suplente
	Inpe	Antonio Miguel Vieira Monteiro	Titular



de Pesquisas e Conselhos Profissionais	Inpe	Carlos Alexandre Wuensche	Suplente
	Oab	Marta Rizzi Daniel	Titular
	Oab	Ronaldo Ferreira	Suplente
	Crea	Maria Rita Singulano	Titular
	Crea	Juliana Regina Campos Faria	Suplente
	Aea	Walter Brant Zaroni de Paiva	Titular
	Aea	Andrea Hitomi Enomoto	Suplente
	Creci	Carlos Roberto Wandenkolk da Cunha	Titular
	Creci	Michele Carolina Moraes Maia de Sá	Suplente
Movimentos Populares	AABE Esplanada	Nilson Franco Martins	Titular
	AABE Esplanada	Roberto Zanetti Pereira	Suplente
	Defendem São José	Arlindo Aparecido Regis de Oliveira Jr.	Titular
	Defendem São José	Daniela do Amaral Moretti	Suplente
	CMP	Angela Aparecida da Silva	Titular
	CMP	Antonio Martins Ferreira	Suplente
	Núcleo Reg. Pd Participativo	Gabriel Alves da Silva Junior	Titular
	Núcleo Reg. Pd Participativo	Vicente de Moraes Cioffi	Suplente
	Ares Esplanada	Weber Souza Lima Rios Pereira	Titular
	Ares Esplanada	Felipe Birman	Suplente
	Altos Serra VI	Roberto Acay	Titular
	Assoc. Mor. Rec. Tamoios	Claudia Vanessa de Oliveira Santos Lopes	Suplente
Entidades E Movimentos Estudantis	DCE Univap	Douglas de Almeida Silva	Titular
	DCE Univap	Natalia Barbosa Helbusto	Suplente
	Unesp	Bruno Uemura da Silva Lourenço	Titular
	DCE Univap	Jaqueline Mergen	Suplente
Empresários	Aelo	Angela Aparecida L. de Paiva Fernandes	Titular
	Secovi	Rogério Lemes de Paiva	Suplente
	Aconvap	Fabiana Vieira Dias Alves	Titular

	Sinduscon	Gianfranco Asdente Baradel	Suplente
Sindicatos Trabalhadores	Sind. Empregados No Comércio De São José Dos Campos	Eurípedes Barsanulfo Gonçalves	Titular
		Geraldo Mira dos Santos	Suplente
Poder Público	Urbanismo e Sustentabilidade	Marcelo Pereira Manara	Titular
		Paulo Eduardo Oliveira Costa	Suplente
		Oswaldo Vieira de Paula Junior	Titular
		Maria Angélica Braga Avelar Silva	Suplente
		Rodolfo Marcos Venâncio	Titular
		Dolores Moreno Pino	Suplente
		Ronaldo Gonçalves Madureira	Titular
		Andrea Sundfeld	Suplente
	Mobilidade Urbana	Paulo Roberto Guimarães Junior	Titular
		Débora Redondo	Suplente
	Governo	Daniel Rodrigues Mello	Titular
		Luigi Betoncini	Suplente
	Gestão Habitacional e Obras	Marcelo Santos Leandro	Titular
		Adalberto Silvestre	Suplente
		Massuo Kimura	Titular
		Ruth Maria Bonilha Macedo Otta	Suplente
Agenvale	Geraldo da Silva Pinheiro Junior	Titular	
	José Celso Bueno	Suplente	

Tabela 2: Membros do Conselho Gestor e suas entidades representantes.

No ano de 2016, foram realizadas 10 reuniões ordinárias com o Conselho Gestor com pautas como a discussão para a elaboração do Plano Diretor, apresentação das tarefas a serem realizadas, material e estratégias de mobilização social como pode ser observado na tabela abaixo.

Reuniões Ordinárias realizadas em 2016:	
DATA	PAUTA
04/02/2016	Formação do Conselho Gestor
17/08/2016	Instalação do Conselho Gestor
29/08/2016	Discussões para elaboração do Plano Diretor
31/08/2016	Apresentação do Cronograma de trabalho
14/09/2016	Discussão sobre a divulgação de material para Revisão do PD.
05/10/2016	Apresentação da Proposta de Mobilização Social
19/10/2016	Encaminhamento das Oficinas e Cronograma
16/11/2016	Estratégias de mobilização da população
07/12/2016	Apresentação da Síntese das Leituras Comunitárias
14/12/2016	Audiência Pública Plano Diretor
TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS: 10.	

Tabela 3: Relação das reuniões do Conselho Gestor em 2016. Fonte: SEURBS/PMSJC.

Paralelamente, foram realizadas 03 reuniões de definição da metodologia com a Câmara Técnica, para as discussões de estruturação do 1º ciclo das Oficinas de Leitura Comunitária e melhoria de processos de implementação do Plano Diretor

Reuniões da Câmara Técnica - 2016:	
DATA	PAUTA
05/09/2016	Metodologia para Oficinas Comunitárias
29/09/2016	Mobilização para as Oficinas Comunitárias
10/10/2016	Melhoria de processos de implementação do PDDI
TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS: 03.	

Tabela 4: Relação das reuniões de Câmara Técnica em 2016. Fonte: SEURBS/PMSJC.

Realizou-se 4 reuniões de mobilização com lideranças locais e 12 encontros com a população (Oficinas de Leitura Comunitária), totalizando 340 participantes. A primeira fase das Oficinas de Leitura Comunitária ocorreu em 2016 com o objetivo de entender o diagnóstico do atual momento sobre as regiões do município, as percepções do lugar a partir da visão da população sobre aquilo que identifica a região, os pontos de encontro, o motivo de residência e quais são os motivos dos deslocamentos da população para outras regiões.

No ano de 2017 ocorreu o evento de retomada dos trabalhos após a reorganização da Secretaria. Em 13 de setembro de 2017 ocorreu o evento na Câmara Municipal

intitulado “Evento de Mobilização Social e Lançamento dos Canais de Comunicação do Plano Diretor” onde foi disponibilizado o site do Plano Diretor, colhendo questões levantadas e as opiniões da população sobre a cidade e seu estilo de vida. As instituições públicas e civis organizaram seminários e evento aproximando a população das informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos no Plano Diretor.

Ocorreu ainda no mesmo ano a publicação da Leitura Técnica e o Caderno de Mapas Temáticos, que foram produzidos pela PMSJC com o apoio do IPPLAN e que possuem informações agregadas em três dimensões de análise: físico-territorial, infraestrutura e socioeconômica/demográfica.

Foram realizadas 8 reuniões com o Conselho Gestor, a fim de discutir e elaborar o melhor modelo para o 2º ciclo de análise, contemplando diferentes visões que pudessem somar aos resultados obtidos. Na Tabela 5, consta a quantidade de membros do Conselho Gestor presente em cada reunião e realizou-se a quantificação de falas e a duração do áudio, a fim de expressar a atuação dos conselheiros no processo participativo.

Reuniões Ordinárias realizadas em 2017:				
DATA	PAUTA	MEMBROS PRESENTES	QUANTIDADE DE FALAS	DURAÇÃO TOTAL DO ÁUDIO
20/07/2017	Posse dos representantes do Poder Público	30	60	01:38:00
10/08/2017	Apresentação e discussão do Cronograma	31	65	01:37:00
	Formação da Câmara Técnica			
22/08/2017	Apresentação do Plano de Comunicação	27	69	01:51:00
28/08/2017	Oficinas Comunitárias	27	76	01:46:00
05/09/2017	Apresentação dos Trabalhos das Câmaras Técnicas	26	28	00:32:00
	Apresentação da Metodologia			
28/09/2017	Oficinas Comunitárias	22	23	01:02:00
08/11/2017	Devolutiva das Oficinas	34	58	01:25:00
06/12/2017	Leitura Comunitárias das Oficinas	28	59	02:42:00
TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS: 8.			438	12:33:00

Tabela 5: Relação das reuniões do Conselho Gestor em 2017. Fonte: SEURBS/PMSJC.

O Gráfico 1 a seguir, mostra a dinâmica das reuniões de acordo com os dados da Tabela 5. Em média os encontros foram conduzidos com falas mais ativas à discussão, com exceção dos realizados em 05/09 e 28/09 que tinham por finalidade a apresentação dos trabalhos da câmara técnica/metodologia das Oficinas de Leitura Comunitária, por exemplo, aos conselheiros.

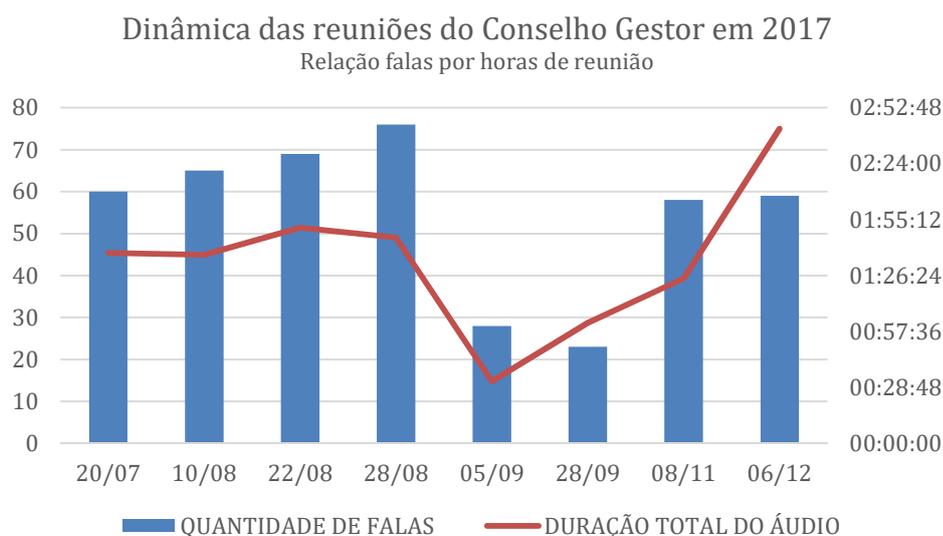


Gráfico 1: Dinâmica das reuniões do Conselho Gestor em 2017.

Essa etapa contou também com 3 reuniões entre os membros da Câmara Técnica.

Reuniões da Câmara Técnica 2017:	
DATA	PAUTA
24/08/2017	Metodologia das Oficinas Comunitárias
11/10/2017	Confecção de Mapas Temáticos do CGPD
29/10/2017	Balanço e Apreciação da Leitura Comunitária/Oficinas
TOTAL DE REUNIÕES CT Realizadas: 3.	

Tabela 6: Relação das reuniões de Câmara Técnica em 2017. Fonte: SEURBS/PMSJC.

O segundo ciclo das Oficinas de Leitura Comunitária ocorreu em 2017, com o objetivo de abrir espaço para o diagnóstico e propostas, complementando as informações adquiridas de percepção do lugar no ciclo de 2016. Depois da análise dos resultados, dois encontros com o Conselho Gestor foram realizados, a fim de apresentar o diagnóstico levantado. Até o final de 2017, foram contabilizadas 8 Reuniões com o Conselho Gestor, 3 com a Câmara Técnica e 6 reuniões com instituições acadêmicas, defensoria pública e instituições civis.

Após a leitura e diagnóstico dos trabalhos, as devolutivas envolveram duas reuniões com o Conselho Gestor, uma com apresentação síntese dos resultados obtidos e uma Audiência Pública. Ao todo, 10 reuniões ordinárias com o Conselho Gestor e uma reunião de apresentação e discussão da metodologia com a Câmara Técnica ocorreram

em 2017. As Oficinas ocorreram de 02 a 31 de outubro de 2017, em um total de 19 encontros, com média de 44 participantes por oficina, totalizando 843 participantes.

No início de 2018, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, com o apoio técnico do IPPLAN, trabalhou na primeira versão da Proposta do Plano Diretor para ser apresentada ao Conselho Gestor e à população. No referido ano aconteceram até o momento de elaboração deste documento, 4 reuniões ordinárias com o Conselho Gestor e 2 reuniões com a câmara técnica para definição da metodologia dos Fóruns Regionais.

Reuniões Ordinárias realizadas em 2018:				
DATA	PAUTA	MEMBROS PRESENTES	QUANTIDADE DE FALAS	DURAÇÃO TOTAL DO ÁUDIO
14/03/2018	Disponibilização do Cronograma	32	68	01:50:00
28/03/2018	Disponibilização da Proposta do Plano Diretor	30	48	01:24:00
04/04/2018	Repactuação do Calendário	31	87	01:35:00
11/04/2018	Apresentação e votação da Metodologia dos Fóruns Regionais	30	86	01:17:00
TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS: 4.			289	06:06:00

Tabela 7: Relação das reuniões do Conselho Gestor em 2018. Fonte: SEURBS/PMSJC.

Reuniões Câmara Técnica em 2018:	
DATA	PAUTA
06/04/2018	Definição da Metodologia para as oficinas comunitárias
10/04/2018	Definição da Metodologia para as oficinas comunitárias
TOTAL DE REUNIÕES CT Realizadas: 2.	

Tabela 8: Relação das reuniões de Câmara Técnica em 2018. Fonte: SEURBS/PMSJC.

O Gráfico 2 mostra que o Conselho Gestor deu continuidade à sua atuação em 2018, com falas dinâmicas permitindo a discussão entre os membros para discutir as diferentes pautas apresentadas na Tabela 7.

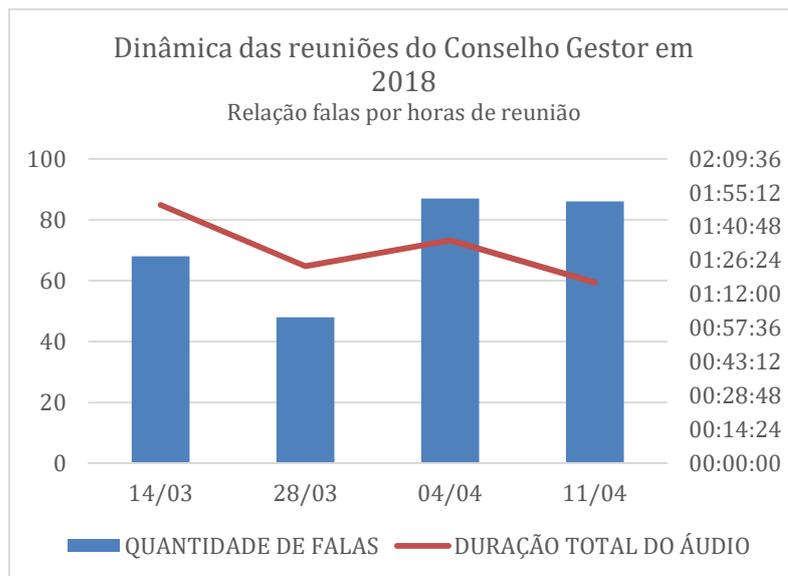


Gráfico 2: Dinâmica das reuniões do Conselho Gestor em 2018.

A equipe da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade recebeu todas as instituições civis e entidades que solicitaram uma reunião para discutir suas considerações a respeito do Plano Diretor. No Ano de 2017 foram 6 reuniões.

2017 (6 REUNIÕES REALIZADAS)	
14/set	Faculdades: Anhanguera/UNIP/UNESP/UNIVAP
29/nov	Defensoria Pública - Dr. Jairo Salvador
30/nov	AELO/SINDUSCON
01/dez	ONG'S
04/dez	DEFENDEM SÃO JOSÉ
05/dez	OAB

Tabela 9: Reuniões da SEURBS em 2017. Fonte: SEURBS/PMSJC.

Em 2018, até o presente momento a equipe técnica da SEURBS realizou 26 reuniões. Além das instituições civis e entidades, a SEURBS se reuniu com as secretarias de Mobilidade, Inovação e Desenvolvimento Econômico, Gestão Habitacional e Obras, Gestão Administrativa e Finanças, além da Governança. Todas as datas de reuniões podem ser observadas na tabela abaixo:



2018 (26 REUNIÕES REALIZADAS E AGENDADAS - ATÉ O PRESENTE MOMENTO)	
15/fev	PMSJC - SEMOB
19/fev	PMSJC - SIDE
20/fev	PMSJC - SGHO
22/fev	PMSJC - SEMOB
23/fev	PREFEITO
27/fev	ACONVAP
02/mar	PREFEITO
02/mar	Defensoria Pública - Dr. Jairo Salvador
06/mar	ACONVAP/PREFEITO
13/mar	PREFEITO
16/mar	AEA
16/mar	PREFEITO/ PMSJC - SGAF
05/abr	VEREADORES
11/abr	MINISTÉRIO PÚBLICO
08/mai	DEFENDEM SÃO JOSE
10/mai	AABEA
17/mai	AEA
21/mai	PMSJC - SEMOB
22/mai	PMSJC - SGHO
23/mai	ACONVAP
04/jun	Defensoria Pública - Dr. Jairo Salvador
06/jun	DR LAERTE GAEMA
07/jun	ACONVAP
11/jun	VEREADORES
21/jun	AEA
28/jun	ACONVAP

Tabela 10: Reuniões da SEURBS em 2018. Fonte: SEURBS/PMSJC.

No site Oficial do Plano Diretor estão disponibilizados todos os documentos e estudos referentes a todas as etapas do processo de revisão do Plano: planodiretor.sjc.sp.gov.br

2. PLANEJAMENTO

Comunicação e Mobilização Social para os Fóruns Regionais do Plano Diretor

A Prefeitura Municipal de São José dos Campos foi responsável pela campanha de comunicação do ciclo de Fóruns de discussão da proposta do Plano Diretor, que contou com diferentes estratégias de divulgação.

Foram distribuídos 30 mil folhetos com a agenda e local dos fóruns para os pais de 20 mil alunos da rede municipal de ensino fundamental e também disponibilizados em equipamentos públicos como UBS, UPAs, Centros Poliesportivos, Fundhas, Centros Comunitários, Espaços Culturais, Igrejas, Universidades, além de serem disponibilizados para as lideranças dos bairros.

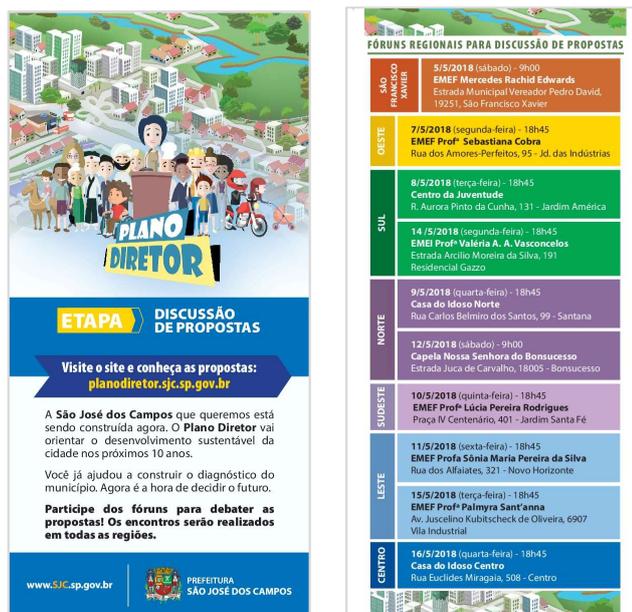


Figura 1: Frente e verso do folheto de divulgação dos Fóruns Regionais. Fonte: PMSJC, 2018.

Os cartazes produzidos totalizam 700 e foram afixados na frota de ônibus municipal e também nos equipamentos públicos. A tiragem das cartilhas explicativas contou com 2.500 unidades distribuídas e a versão digital.



ETAPA DISCUSSÃO DE PROPOSTAS

São José dos Campos continua com as discussões do Plano Diretor, que vai orientar o desenvolvimento sustentável da cidade nos próximos 10 anos. Você já ajudou a construir o diagnóstico do município. Agora é a hora de decidir o futuro. Participe dos fóruns para debater as propostas. Os encontros serão realizados em todas as regiões.

Visite o site e conheça as propostas: planoDiretor.gjc.sp.gov.br

SANTO ANTONIO	3/5/2018 (sábado) - 9h00 EMEF Mercedes Rachid Edwards Estrada Municipal Vereador Pedro David, 19251, São Francisco Xavier	LESTE	11/5/2018 (sexta-feira) - 18h45 EMEF Profª Sônia Maria Pereira da Silva Rua dos Alfaletes, 321 - Novo Horizonte
OESTE	7/5/2018 (segunda-feira) - 18h45 EMEF Profª Sebastiana Cobra Rua dos Amores-Perfeitos, 95 - Jd. das Indústrias	NORTE	12/5/2018 (sábado) - 9h00 Capela Nossa Senhora do Bonsucesso Estrada Juca de Carvalho, 18005 - Bonsucesso
SUL	8/5/2018 (terça-feira) - 18h45 Centro da Juventude R. Aurora Pinto da Cunha, 131 - Jardim América	SUL	14/5/2018 (segunda-feira) - 18h45 EMEI Profª Valéria A. A. Vasconcelos Estrada Acácio Moreira da Silva, 191 Residencial Gazzio
NORTE	9/5/2018 (quarta-feira) - 18h45 Casa do Idoso Norte Rua Carlos Belmiro dos Santos, 99 - Santana	LESTE	15/5/2018 (terça-feira) - 18h45 EMEF Profª Palmyra Sant'anna Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 6907 Vila Industrial
SUDESTE	10/5/2018 (quinta-feira) - 18h45 EMEF Profª Lúcia Pereira Rodrigues Praça IV Centenário, 401 - Jardim Santa Fé	CENTRO	16/5/2018 (quarta-feira) - 18h45 Casa do Idoso Centro Rua Euclides Miragosa, 508 - Centro

www.sjc.sp.gov.br

PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Figura 2: Cartaz de divulgação dos Fóruns Regionais em formato A3. Fonte: PMSJC, 2018.

Na televisão, foi veiculado um anúncio de 30" com o chamamento para os Fóruns, entre os dias 01 a 15 de Maio de 2018, com o total de 62 inserções conforme pode ser observado na Tabela 11.

Período de 01 a 15/05/18	
TV Vanguarda	26 inserções
TV Band Vale	13 inserções
TV Record	11 inserções
TV SBT	12 inserções

Tabela 11: Número de inserções nas emissoras de TV aberta. Fonte: PMSJC.

Ocorreram também spots de rádio e anúncios de jornal. Os spots de rádio totalizaram 144 transmissões da mensagem convite para a participação dos Fóruns do Plano Diretor em dez rádios de grande audiência no município de São José dos Campos, a quantidade de inserções em cada rádio pode ser observada na Tabela 12.

Período de 01 a 15/05/18	
Rádio Band FM	12 inserções
Rádio Band Vale FM	10 inserções
Nativa FM	16 inserções
Jovem Pan	25 inserções
SP RIO FM	07 inserções
Ótima Fm	16 inserções
Logos	26 inserções
Piratininga	08 inserções
Antena 1	13 inserções
Rádio Mensagem	11 inserções

Tabela 12: Número de inserções em emissoras de rádio. Fonte: PMSJC.

A comunicação também esteve presente nas mídias digitais através de banners digitais para divulgação no Facebook Oficial da Prefeitura e circulação no WhatsApp. Realizou-se o disparo de e-mails para todos os participantes cadastrados nas etapas anteriores do Plano Diretor, convidando-os a participar do novo ciclo de discussões.



Figura 3: Exemplo do modelo de divulgação para mídias digitais. Fonte: PMSJC, 2018.

Efetou-se uma exposição de banners impressos em eventos públicos de grande participação popular, como a Festa do Mineiro, no Parque da Cidade; e a Festa do Trabalhador, no Novo Horizonte; além da exposição de banners impressos em cada local que recebeu os Fóruns. Carros de som circularam nas regiões que receberam os Fóruns para avisar a população residente.



Figura 4: Dois modelos de banner para a divulgação do Plano Diretor. Fonte: PMSJC, 2018.

A inovação da comunicação neste ciclo de discussões se deu com a “Exposição itinerante do Plano Diretor” que apresenta a síntese da Proposta Preliminar e convida o público a participar da construção do Plano Diretor. A exposição esteve disponível entre os dias 11 de Maio até 20 de Maio de 2018, no acesso “A” (Piso Dutra) do shopping Centervale, localizado na Av. Deputado Benedito Matarazzo nº9403 no Jardim Oswaldo Cruz, na região Centro, que fica aberto das 10 às 22 horas.

Após o encerramento dos Fóruns Regionais, a exposição seguiu para diferentes locais com o objetivo de convidar a população a conhecer o Plano Diretor e se familiarizar com o tema. A exposição seguiu para a Praça de Alimentação da universidade UNIP, onde permaneceu exposta até 25 de Maio de 2018. Posteriormente passou pela universidade Anhanguera, entre os dias 05 a 08 de Junho, a universidade conta com mais de 7 mil alunos que puderam observar os painéis expostos nos corredores de grande circulação. Entre os dias 14 a 22 de Junho a exposição seguiu para a Câmara Municipal e posteriormente foi direcionada ao Parque Vicentina Aranha, onde estará exposta ao público até 15 de Julho.



Figura 5: Exposição itinerante do Plano Diretor no Center Vale Shopping. Fonte: PMSJC, 2018.

A Assessoria de Imprensa realizou o envio de release sobre os fóruns e atendimento a entrevistas. Houve também a participação do Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, em programas de rádio, esclarecendo sobre os temas pertinentes ao Plano Diretor e convidando a população para participar dos Fóruns. As rádios foram: Rádio Mix FM, Rádio Comunitária Zona Norte, Rádio Comunitária Zona Sul, Rádio Logos, Rádio Piratininga e Rádio TVi.

O IPPLAN realizou a divulgação através da Central Integrada de Relacionamento (156), por meio do disparo de SMS para o público que apresentou demandas junto ao 156 e realizou seu cadastro autorizando contatos futuros, Tabela 13.

BAIRRO	2018
REGIÃO OESTE	2.594
REGIÃO SUL - 1ª ETAPA	4.565
REGIÃO SUL - 2ª ETAPA	4.030
REGIÃO NORTE	3.231
REGIÃO SUDESTE	3.434
REGIÃO LESTE - 1ª ETAPA	3893
REGIÃO LESTE - 2ª ETAPA	3194
REGIÃO RURAL	756
REGIÃO CENTRAL	4303
TOTAL	30.000

Tabela 13: Quantidade de disparos de SMS realizados pelo 156

Metodologia para condução do Fórum

Para a validação da metodologia aplicada no Fórum, realizaram-se duas reuniões de Câmara Técnica entre os conselheiros, servidores da SEURBS e assessoria técnica do IPPLAN. Posteriormente às reuniões de Câmara Técnica, o IPPLAN apresentou a metodologia em Reunião do Conselho Gestor, onde esta foi aprovada em votação pela maioria dos membros presentes.

O Fórum é um modelo de participação composto por uma apresentação técnica e um momento de participação popular, com uma fase para fazer contribuições orais, debates, discussões e apontamentos acerca do tema exposto.

Os Fóruns Regionais de discussão da Proposta do Plano Diretor ocorreram divididos em três momentos. O primeiro momento contou com o credenciamento dos participantes (realizado pelos alunos voluntários da UNIVAP), abertura oficial realizada pelo Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade ou autoridade presente, apresentação da dinâmica e regras do Fórum por um colaborador do IPPLAN e a apresentação técnica realizada por um servidor da SEURBS.

No segundo momento do Fórum, ocorria a abertura do microfone para que os presentes pudessem realizar suas contribuições orais. Estes poderiam elaborar suas sugestões, exposição de opiniões, críticas, considerações e reflexões, visando ater-se à proposta do Plano Diretor. Além das contribuições orais, houve durante todo o Fórum o Protocolo de Documentos, os quais a população poderia trazer prontos, e as Contribuições Escritas, que deveriam ser realizadas durante o Fórum.

O conjunto das contribuições leva até o terceiro momento do Fórum, onde era realizada a relatoria das contribuições, ou seja, uma exposição para a população de tudo que ocorreu no evento. A relatoria dos documentos protocolados e contribuições escritas foi realizada por um colaborador do IPPLAN, na qual executava a leitura do nome do participante e o título/síntese de sua contribuição. A relatoria das contribuições escritas possui o caráter de síntese, ou seja, extrai a essência da fala do participante referente ao Plano Diretor. Era colhida pelos servidores da SEURBS que, no final, executavam a leitura no microfone das falas.

No papel de relatoria, além dos servidores da SEURBS colhendo a síntese da fala da população para a exposição final, havia um colaborador do IPPLAN compilando

anotações das falas com a finalidade de capturar as principais propostas e contribuições para auxiliar na redação deste relatório, na metodologia que será detalhada adiante.

Após a relatoria, acontecia o encerramento, realizado pelo Secretário da SEURBS ou autoridade que o representasse. Além disso, em todo o momento do Fórum ficou disponível a “Mesa de Assessoria Técnica”. Esta mesa tinha o caráter de esclarecer as dúvidas da população, onde eram expostos cadernos com a proposta do Plano Diretor, o caderno de mapas da leitura técnica, o caderno de mapas da proposta e as cartilhas da proposta do Plano Diretor.

No momento do encerramento, eram distribuídos aos participantes os adesivos para colar no mural de avaliação, com a pergunta: “COMO VOCÊ AVALIA O FÓRUM?”. Esta avaliação possuía o intuito de avaliar a metodologia do Fórum.

As regras aplicadas para a dinâmica do Fórum foram:

- A sociedade pode contribuir em formato oral ou entregar por escrito as suas colocações. Assim como no site e no protocolo, todos os documentos protocolados pela prefeitura ou no Fórum possuem o mesmo peso.
 - Tempo de fala: 5 minutos, cronometrados e projetados durante a fala.
 - O tempo total previsto para a fala da população é de 2h20.
 - A inscrição para contribuição oral permanece aberta após a explanação das regras, quando se inicia a apresentação técnica, até o final das 2h20 preestabelecidas.
 - Era permitido se inscrever novamente na lista de espera, mas somente poderia contribuir oralmente ao final da primeira fala de todos os inscritos, caso houvesse tempo hábil.

Para a coordenação dos trabalhos, o IPPLAN desenvolveu todo o material de apoio, como as listas de presença, listas para assinatura dos documentos protocolados e contribuições escritas, as fichas de contribuições escritas, a lista de inscrição de fala, bem como suas senhas com o número de inscrição para que o munícipe pudesse acompanhar a ordem de sua fala. Todos estes materiais podem ser encontrados no Anexo deste volume e o áudio das contribuições orais será disponibilizado no site Oficial do Plano Diretor.

Houve também a colaboração da UNIVAP neste processo, graças à parceria firmada entre a universidade e o IPPLAN, com a participação de dezesseis alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Os alunos receberam um treinamento

promovido pelo IPPLAN para estarem aptos a participar dos Fóruns, como equipe de apoio, além de contribuir na captação e tabulação dos dados.

O IPPLAN e a PMSJC promoveram um evento interno para o treinamento de toda a equipe envolvida e que iria trabalhar nos Fóruns Regionais, intitulado de “Fórum de Simulação”. Este Fórum de Simulação foi aberto a todos os funcionários da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade e teve o intuito de nivelar o conhecimento dos servidores para com a proposta do Plano Diretor e que estes fossem meios condutores da proposta para sua propagação com familiares e amigos.

No Fórum de Simulação, os convidados não mais representavam a prefeitura e posicionaram como munícipes, podendo fazer todo o tipo de crítica à organização do fórum e à proposta do Plano Diretor, para que a equipe pudesse prever momentos de conflito e minimizar os possíveis atritos nos Fóruns Regionais. Entretanto, não houve colheita de material para compor este relatório, visto que não se tratava de um evento oficial.

Este momento de Simulação foi de grande valia para verificar pontos de melhoria na apresentação técnica que se trata de um conteúdo muito denso e que possui a difícil tarefa de torná-la mais apta para a compreensão da população em geral. Além disso, o IPPLAN pode verificar os momentos em que seriam necessárias mais intervenções da coordenação, para que não houvesse nenhuma interrupção no Fórum como um todo.

Metodologia para análise dos resultados

A partir das contribuições orais, escritas e documentos protocolados em cada Fórum, foram elaboradas planilhas com o conteúdo de cada item, para que fossem consideradas da mesma forma e com o mesmo peso. Assim, na sistematização dos dados, todas as contribuições estão equiparadas. As planilhas estão em Anexo a este relatório.

As planilhas seguem o modelo apresentado na Figura 6, contendo o nome do participante, se representa alguma entidade, bairro de vivência, data e local do fórum em que realizou a manifestação, tipo de contribuição, ordem da manifestação no evento, síntese da contribuição, motivação da contribuição (quando o participante justifica sua contribuição) e sobre qual tema da proposta do Plano Diretor a contribuição se refere.

Nome Completo	Entidade	Bairro	Fórum	Tipo da Contribuição	Ordem	Contribuição (Síntese)	Motivação da contribuição	Tema da Proposta do Plano Diretor

Figura 6: Modelo de sistematização das contribuições coletadas.

Além dos documentos produzidos por cada Fórum, houve os documentos protocolados na PMSJC, especificamente na SEURBS, e as contribuições do site que também foram compilados em planilhas do mesmo formato.

As planilhas possuem os campos de nome, entidade e bairro do cidadão, para que este possa se localizar ao consultar as planilhas. O campo “Contribuição (Síntese)” refere-se à síntese da contribuição do participante do Fórum. O objetivo é resumir a contribuição com as principais questões apontadas. O campo “Motivação da contribuição (Extraído da contribuição do munícipe)” tem o intuito de explicar qual é a motivação da contribuição, aquilo que origina ou causa o problema/questão apontado na contribuição, de acordo com o que o munícipe falou.

Com o caráter de extrair a essência da fala do munícipe, os campos de contribuição e motivação foram extraídos das anotações da relatoria, tanto da PMSJC quanto do IPPLAN, e, posteriormente, foram validadas pelos áudios gravados de cada Fórum. Esta planilha não conteve o propósito de efetuar uma transcrição da fala.

O último campo da planilha é referente ao “Tema da Proposta do Plano Diretor”. Este possui a meta de compilar as contribuições em temas para extrair aquilo que é essencial para a população que compareceu aos Fóruns.

No site do Plano Diretor existe a aba de “Participe”, onde dois espaços foram reabertos para a participação da população, como a pesquisa intitulada “Ideias para a Cidade” e a pesquisa “Opiniões para a Cidade”. A aba de participação do site ficou aberta para o recebimento das contribuições referentes às propostas desde o dia 20 de abril de 2018, quando esta foi divulgada, e permaneceu até o dia 22 de Maio de 2018.

A pesquisa intitulada “Ideias para a Cidade” abriu o preenchimento para a população de um formulário onde era possível enviar as ideias para contribuir com o Plano Diretor, no mesmo formato que foi disponibilizado no ano anterior. Essa pergunta

foi separada em três conjuntos de temas: Moradia/Mobilidade/Trabalho, Meio Ambiente/Qualidade de Vida e Saúde/Educação/Lazer/Cultura.

A pesquisa referente às “Opiniões sobre a Cidade” indicava que era necessário o usuário informar sobre qual assunto gostaria de dar opinião e as opções foram: a cidade; encontros; site; documentos e estudos; e outros assuntos. Ambas as pesquisas originaram planilhas no mesmo padrão das demais.

Com a grande diversidade de temas abordados nas contribuições relativos ou não a Proposta do Plano Diretor, fragmentou-se os temas extraídos do caderno de Propostas em quinze principais temas.

Ao analisar e compilar as contribuições extraídas nos Fóruns Regionais, observou-se a necessidade de definir mais quatro temas que foram abordados pela população, que não se encaixavam nos demais temas extraídos da Proposta do Plano Diretor.

Grandes temas extraídos do caderno de Propostas do Plano Diretor:

1. **ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO (ADE)**, que compreendem todas as ADE propostas, como Parque Tecnológico, Central, Dutra/Limoeiro, Aeroporto, Revap, Potencial Tamoios, Potencial Ambiental Turístico São Francisco Xavier e Jaguari, Potencial Santana/Parque da Cidade.
2. **ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL**, que englobam as Planícies aluvionares do Rio Paraíba do Sul e do Rio Jaguari, Fragmentos florestais remanescentes de Mata Atlântica e de Cerrado, Áreas suscetíveis à inundação, Área de Controle de Impermeabilização.
3. **CENTRALIDADES URBANAS**, que se referem às centralidades propostas no Plano Diretor: metropolitanas (Eixo Dutra e Centro Tradicional), municipais, locais existentes e locais a induzir.
4. **DIRETRIZES SETORIAIS**, que compreendem as diretrizes de educação, saúde, assistência social, Fundhas, esportes, meio ambiente, cultura, manutenção da cidade, macrodrenagem, desenvolvimento econômico e proteção ao cidadão.
5. **EQUIPAMENTOS URBANOS E SOCIAIS**, que têm como componentes os equipamentos de educação, saúde, esportes, cultura e assistência social.

6. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, respaldada pela Política Municipal de Habitação. Compreende as Habitações de Interesse Social (HIS), Habitação de Mercado Popular (HMP), Loteamento de Interesse Social, Núcleos urbanos informais, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), ZEIS 1 - Núcleos urbanos informais de baixa renda delimitados no Mapa 12 e ZEIS 2 - Áreas destinadas à implementação de HIS.

7. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA, que são os instrumentos descritos na proposta que regularão o desenvolvimento urbanístico.

8. MACROZONEAMENTO RURAL, que estabelece o ordenamento do território rural do Município.

9. MACROZONEAMENTO URBANO, expresso no Mapa 5, estabelece o ordenamento territorial da área urbana.

10. PARQUES URBANOS que estão definidos no Mapa 14.

11. PERÍMETROS RURAL E URBANO, que compreendem os limites das zonas rurais e urbanas, delimitadas no Mapa 2.

12. REGULAÇÃO DO PARCELAMENTO DO SOLO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DA PAISAGEM URBANA, diretrizes a serem utilizadas para a revisão e consolidação da nova Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

13. SETORIZAÇÃO, que é definida pelos setores socioeconômicos de São José dos Campos.

14. TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO, contêm os mapas de Macroestrutura Viária Principal (Mapa 6), Hierarquia Viária (Mapa 7), Sistema Cicloviário (Mapa 8) e Sistema de Transporte Público (Mapa 9). Não compreende obras de manutenção de vias.

15. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, que compreendem as APAs Municipais de São Francisco Xavier, Planícies Aluvionares dos Rios Paraíba do Sul e Jaguari e da Serra de Jambeiro, além dos Parques Naturais Municipais do Banhado, do Cerrado e Augusto Ruschi (Horto Florestal).

Temas além da Proposta do Plano Diretor:

1. METODOLOGIA DO FÓRUM é o tema pertinente à metodologia aplicada no fórum, onde se enquadraram as críticas e colocações em relação tanto ao funcionamento do fórum quanto à apresentação.

2. METODOLOGIA DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR contém os apontamentos que dizem respeito à metodologia e desenvolvimento da proposta, tanto das fases de diagnósticos quanto no desenvolvimento.

3. PARTICIPAÇÃO POPULAR foi o tema atribuído a todas as colocações a respeito de participação popular nas diversas fases do Plano Diretor.

4. NÃO RELACIONADO DIRETAMENTE À PROPOSTA DO PLANO DIRETOR é definido pelas contribuições que não são diretamente tocantes às propostas do Plano Diretor, que é uma Lei de Ordenamento Territorial, entretanto nenhum tipo de apontamento foi desconsiderado.

Com esta fragmentação temática foi possível extrair dos momentos individualizados das contribuições, quais são os consensos e os dissensos entre os participantes, ou seja, qual a essência daquilo que é importante para a população que estava presente e a opinião do conjunto em relação à proposta, independentemente das contribuições serem ou não convergentes entre si.

Ainda é válido salientar que a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos contou com várias fases de interação com a sociedade e diferentes etapas de contribuição. Esta etapa atual visa gerir o município como um todo e não apenas a regionalização das necessidades da população de cada área do município. Portanto, não serão desconsiderados os apontamentos localizados, mas terão um enfoque maior na análise os apontamentos que são diretamente correlacionados à Proposta do Plano.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS FÓRUNS REGIONAIS

Local dos Fóruns

Os locais dos fóruns foram definidos pela PMSJC e foram selecionados a partir da infraestrutura existente para a realização do evento, próximos de cada região, a fim de facilitar o acesso a todos. A região Sul e Leste contaram com dois fóruns, em razão do número elevado de habitantes e da extensão territorial, comparadas as demais regiões. Abaixo, tem-se o mapa de localização dos Fóruns Regionais.

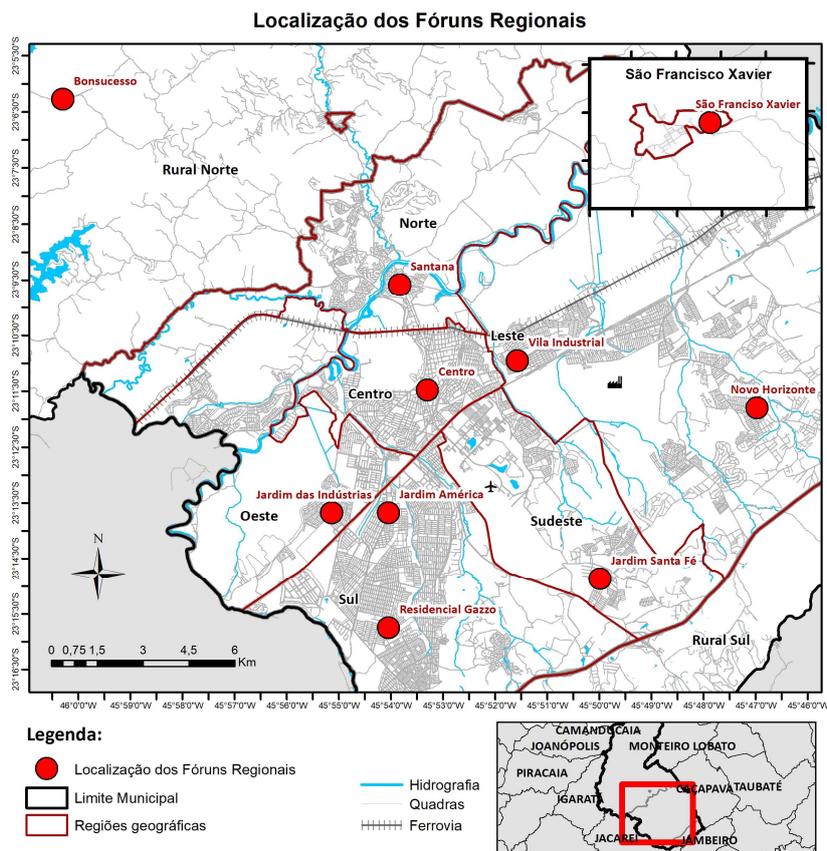


Figura 7: Mapa de localização dos Fóruns

A divisão regional dos Fóruns teve o objetivo de facilitar o acesso da população, e não de dividir a discussão territorialmente. Ou seja, as contribuições nos Fóruns Regionais aconteceram no entorno da proposta preliminar do plano, tendo em vista a cidade como uma unidade, diferentemente dos últimos dois ciclos de oficinas participativas, que focaram no diagnóstico territorial sob uma ótica regional. Abaixo, a tabela com a data e localização de cada Fórum.

DATA	REGIÃO	BAIRRO	ENDEREÇO
05/05/2018	SFX	São Francisco Xavier	Estrada Municipal Vereador Pedro David, 19251
07/05/2018	Oeste	Jadim das Indústrias	Rua dos Amores-Perfeitos, 95
08/05/2018	Sul	Jardim América	Rua Aurora Pinto da Cunha, 131
09/05/2018	Norte	Santana	Rua Carlos Belmiro dos Santos, 99
10/05/2018	Sudeste	Jardim Santa Fé	Praça IV Centenário, 401
11/05/2018	Leste	Novo Horizonte	Rua dos Alfaiates, 321
12/05/2018	Rural	Bonsucesso	Estrada Juca de Carvalho, 18005
14/05/2018	Sul	Residencial Gazzo	Estrada Arcilio Moreira da Silva, 191
15/05/2018	Leste	Vila Industrial	Avenida Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 6907
16/05/2018	Centro	Centro	Rua Euclides Miragaia, 508

Tabela 14: Data e local dos Fóruns Regionais.

Caracterização regional

O município de São José dos Campos é dividido atualmente em oito regiões Geográficas, como pode ser observado na Figura 8. Sendo: Centro, Norte, Leste, Sudeste, Sul, Oeste, São Francisco Xavier e Rural. De acordo com o censo de 2010, o município possui população de 629.921 habitantes (IBGE), dos quais 614.746 vivem na zona urbana (perímetro definido pela lei municipal 428/2010). Os habitantes da zona rural totalizam 15.175, dos quais 14.172 se encontram na porção Norte e 1.003 na porção Sul do município.

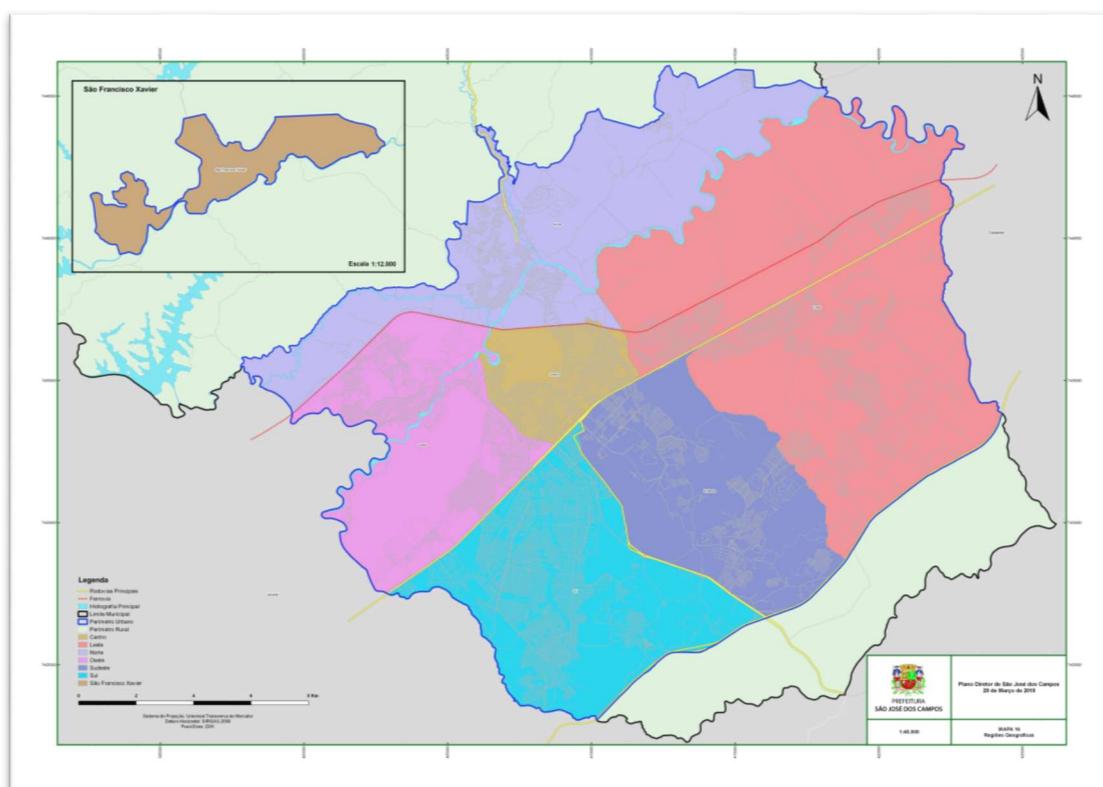


Figura 8: Regiões geográficas. Fonte: Proposta Plano Diretor de São José dos Campos, PMSJC.

A região Centro, destacada em amarelo, é a mais antiga da cidade, que compreende o primeiro núcleo urbano do município, juntamente com Santana. O grande destaque da região é o Parque Natural do Banhado, definido como APA Municipal e Estadual. A região é delimitada a Oeste pela Avenida Jorge Zarur, ao Sul pela Rodovia Presidente Dutra, ao Norte pela linha férrea e a Leste pelo Córrego Cambuí.

No período entre os últimos dois censos demográficos do IBGE (2000 - 2010), a região central apresentou a menor taxa de crescimento urbano da cidade, cerca de 0,20% ao ano, compreendendo em seus 24.690 domicílios, 72.115 pessoas residentes, uma média de 2,9 moradores por domicílio.

A região Norte, em roxo claro na Figura 8, ocupa 63,73 km², sendo marcada por duas barreiras físicas importantes: a ferrovia e o Rio Paraíba do Sul. Destaca-se a presença da APA estadual do Jaguari e da APA federal do Rio Paraíba do Sul.

Entre a ferrovia e o Rio Paraíba do Sul são contabilizados 17.642 domicílios particulares, ocupados por 59.800 pessoas residentes, apresentando uma média de 3,4 moradores por domicílio, sendo os loteamentos mais populosos o Jardim Altos de Santana e o Jardim Telespark.

Ao Leste está a região urbana mais extensa do município, ocupando mais de 134,69 km², como pode ser observado na proporção do mapa destacado em vermelho. A região é delimitada ao Sul pela Rodovia Carvalho Pinto e a proporção Leste faz divisa com o município de Caçapava. De acordo com os dados do IBGE 2010, a região apresentou uma taxa de crescimento de 1,68% ao ano, atingindo a população de 160.990 habitantes que residem em 46.829 domicílios, média de 3,4 moradores por domicílio.

A região Sudeste, realçada em roxo escuro, possui 45.800 moradores em sua área de 385,66 km², sendo delimitada a oeste pela rodovia dos Tamoios, a leste pelo córrego Cambuí e linha de transmissão, ao norte pela Rodovia Presidente Dutra e ao sul pela Rodovia Carvalho Pinto. Além disso, a região conta com barreiras físicas que influenciam diretamente a vida dos moradores, como o DCTA, INPE, Embraer, REVAP e o Aeroporto.

A região Sul, apresentada em azul (Figura 8), é a mais populosa do município, com 233.536 habitantes residentes em 69.198 domicílios, apresentando uma média de 3,4 moradores por domicílio. O loteamento do Bosque dos Eucaliptos é o mais populoso, com mais de 27 mil habitantes.

Esta região faz divisa ao norte com a Rodovia Presidente Dutra, a oeste com o município de Jacareí, a sul com a Rodovia Carvalho Pinto e a leste com a Rodovia dos Tamoios.

A região Oeste, em rosa, compreende os bairros de Limoeiro, Jardim das Indústrias, Colinas, Aquarius, Urbanova e diversos outros. Apresenta população total de

41.163 e contabilizou entre os últimos dois censos a maior taxa de crescimento populacional, atingindo 4,99% ao ano.

A região é dividida pelo Rio Paraíba do Sul e faz divisa com Jacareí a oeste, com a Rodovia Presidente Dutra ao sul, com o Ramal ferroviário ao norte e a proporção leste tem sua divisa no Córrego Vidoca.

A região de São Francisco Xavier, destacada em marrom, é distante cerca de 30 km em linha reta do Centro de São José dos Campos e aproximadamente 59 km em estrada. O Distrito encontra-se localizado na Serra da Mantiqueira, caracterizado pela presença de Mata Atlântica e possui área em APA Estadual e Municipal, cachoeiras e grande diversidade de animais. Faz divisa com os municípios de Monteiro Lobato e Joanópolis no Estado de São Paulo e com Camanducaia, distrito de Monte Verde, no Estado de Minas Gerais. A população do distrito é de 1.342 pessoas com 437 domicílios particulares e, em média, 3,1 moradores por domicílio (IBGE).

A Macrozona Rural de São José dos Campos ocupa aproximadamente 70% do território do Município, com população mensurada em 14.172 habitantes. O Plano Diretor propõe a divisão em cinco macroáreas, sendo: (1) Área de Proteção Ambiental – APA São Francisco Xavier, (2) Macrozona de Proteção de Recursos Hídricos (3) Macrozona de Potencial Turístico (4) Macrozona de Desenvolvimento Sustentável e (5) APA da Serra de Jambeiro. Conforme a figura abaixo:

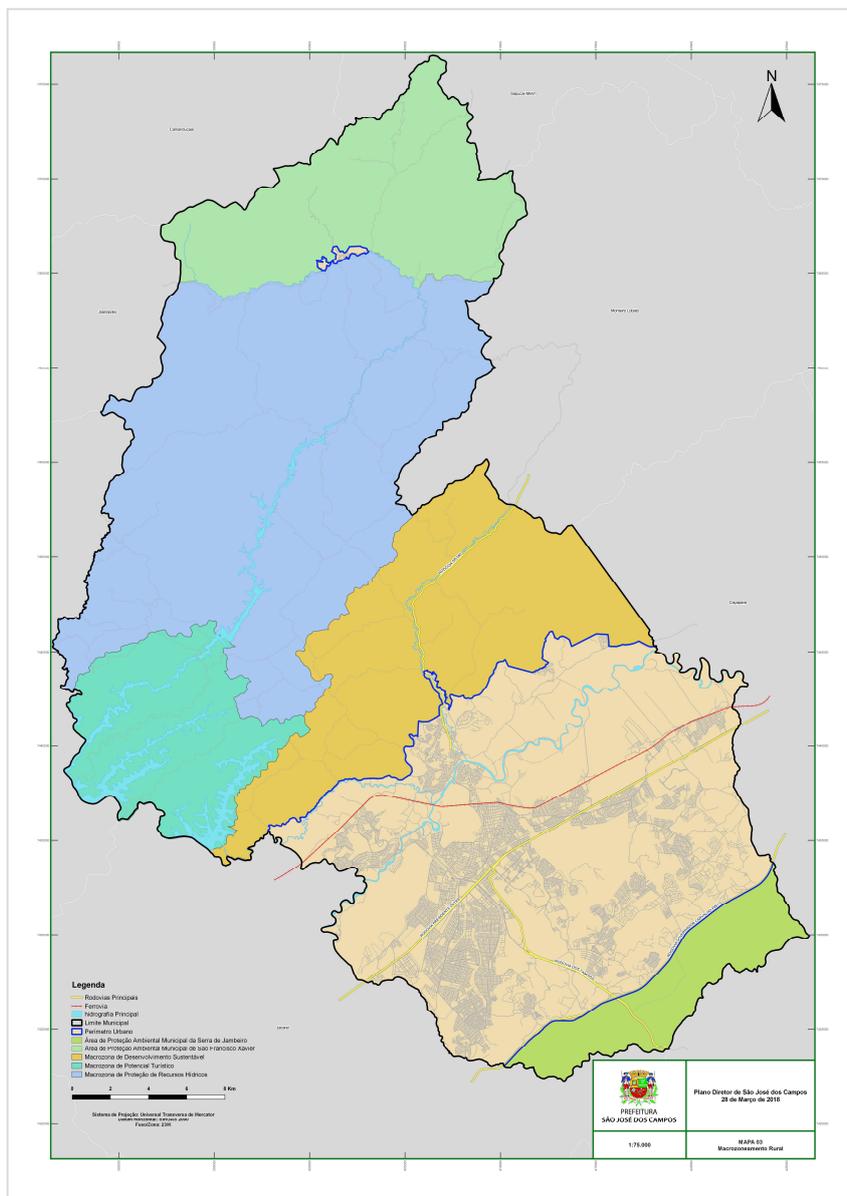


Figura 9: Macrozoneamento Rural. Fonte: Proposta Plano Diretor de São José dos Campos, PMSJC.

A Região 1 compreende a porção norte do distrito de São Francisco Xavier, destacada em verde claro. Na Serra da Mantiqueira, coincide com os limites da APA Estadual de São Francisco Xavier, na Bacia do Rio do Peixe, destacando-se pelo turismo associado aos seus atributos ambientais e seu patrimônio paisagístico, histórico e cultural.

A Macrozona de Proteção dos Recursos Hídricos, região 2, delimita a região de bacias do Rio Fartura, Rio Turvo, a porção sul da bacia do Rio do Peixe, a região das bacias do Rio das Cobras, Córrego Claro e Terra Boa, Bacia do Ribeirão Piúva, destacando-se pela

sua importância para proteção e recuperação dos recursos hídricos. Pode ser observada como a maior região do Macrozoneamento Rural, destacado em roxo claro na Figura 9.

A Região 3 destaca em verde água a área de influência da bacia do Reservatório da Represa do Jaguari, que apresenta características distintas devido ao potencial turístico e paisagístico.

Delimitada em laranja, a Macrozona de Desenvolvimento Sustentável é área contígua ao perímetro urbano do município, que compreende o conjunto das bacias do Ribeirão Puúva, Rio Buquira, Ribeirão Cabuaçu, Ribeirão Cascudo e Córrego Buerarema. A região 4 apresenta características de ocupação diversas devido à presença de grandes áreas de uso tipicamente rural e pela incidência de núcleos urbanos informais, principalmente nas proximidades da Rodovia Estadual SP-50 e ao longo das Estradas Municipais de acesso aos Bairros dos Freitas, Costinha, Bonsucesso, Buquirinha, Água Soca e Jaguari.

A APA da Serra de Jambeiro, ao Sul da cidade, é a área destacada em verde claro e compreende as nascentes das principais microbacias de São José dos Campos, demandando normas específicas de uso e ocupação. A região se caracteriza ainda pela incidência de núcleos urbanos informais, principalmente próximos à Rodovia dos Tamoios e das Estradas Municipais Padre Luiz Albino Bertolotti e Dom José Antônio do Couto.

Participação geral

Os fóruns alcançaram em média 83 pessoas por evento, totalizando 831 participações de acordo com a lista de presença física oficial, sendo que o fórum ocorrido na região Centro teve o maior número de participantes, com 295 pessoas. Vide tabela abaixo.

BAIRRO	Nº DE PARTICIPANTES
São Francisco Xavier	100
Jadim das Indústrias	43
Jardim América	78
Santana	94
Jardim Santa Fé	50
Novo Horizonte	31
Bonsucesso	55
Residencial Gazzo	24
Vila Industrial	61
Centro	295
TOTAL	831

Tabela 15: Participação da população em cada Fórum.

Ressalta-se que a metodologia adotada nos fóruns foi qualitativa, na qual se valorizou a contribuição, crítica, sugestão e proposta sobre a proposta preliminar do Plano Diretor. Esta metodologia se diferencia das quantitativas, nas quais o foco principal é a estatística com relação à amostra de participação da população, que é depois expandida para a população. Desta maneira, a participação ocorreu de forma espontânea pela população, a partir dos convites públicos e buscou-se detalhar as dinâmicas para facilitar o diálogo franco entre os participantes.

Ao final das atividades e da fala de encerramento, foi realizada uma pesquisa de satisfação quanto à metodologia aplicada no fórum, em que cada participante recebeu um adesivo para ser colado no mural de avaliação, marcado com desenhos que representavam rostos com as expressões “satisfeito”, “regular” ou “insatisfeito”, para responder à pergunta: “COMO VOCÊ AVALIA O FÓRUM? ”.

FÓRUNS	AVALIAÇÃO		
	SATISFEITO	REGULAR	INSATISFEITO
São Francisco Xavier	35	35	4
Jadim das Indústrias	22	6	1
Jardim América	7	26	20
Santana	13	7	10
Jardim Santa Fé	24	0	0
Novo Horizonte	18	0	0
Bonsucesso	24	5	0
Residencial Gazzo	6	3	3
Vila Industrial	16	16	7
Centro	77	11	7
TOTAL	242	109	52

Tabela 16: Satisfação com a metodologia aplicada nos Fóruns.

É necessário salientar que nem todos os participantes responderam a avaliação, pois esta não era obrigatória, sendo apenas uma forma de entender a percepção da população acerca da metodologia dos fóruns e a forma como foram conduzidos.

É válido considerar que a metodologia aplicada deu oportunidade para a participação de todos os presentes nos fóruns e que 60,05% deles estiveram satisfeitos. Em diferentes momentos foi ressaltada a importância do espaço para fala da população e a possibilidade de protocolar documentos previamente discutidos entre instituições. Os votos regulares somam 27,04%, porém não foram destacados durante os fóruns os motivos dessa avaliação. Já 12,90% mostraram-se insatisfeitos.

Nas Oficinas ocorridas em 2017, a avaliação foi de 90,6% de satisfação, 7,20% regular e 2,25% insatisfeito, o que aponta uma satisfação maior com a metodologia de Oficinas.

AVALIAÇÃO EM PORCENTAGENS	
Satisfeito	60,05%
Regular	27,05%
Insatisfeito	12,90%

Tabela 17: Porcentagem da avaliação dos participantes.

Contribuições

O primeiro Fórum aconteceu em 05 de Maio de 2018, no sábado, na EMEF Mercedes Rachid Edwards, Estrada Municipal Vereador Pedro David, número 19251. O evento deu abertura aos trabalhos e contou com a participação de 100 pessoas, de acordo com a lista oficial de presença. Foram coletadas 43 contribuições, sendo 29 alocuções, 8 contribuições escritas e 6 documentos protocolados. Apesar da expectativa de trabalho regionalizado, o Fórum de São Francisco Xavier contou com a participação de moradores de outras regiões da cidade.



Figura 10: Fórum São Francisco Xavier, 05/05/2018.

Na segunda-feira seguinte, dia 07 de Maio, o Fórum ocorreu na Região Oeste, especificamente no bairro Jardim das Indústrias, na EMEF Sebastiana Cobra, Rua dos Amores-Perfeitos, 95. Dos 43 munícipes presentes, foram coletadas 22 contribuições, sendo 14 falas, 2 contribuições escritas e 6 documentos protocolados.



Figura 11: Fórum Jardim das Indústrias, 07/05/2018.

Em seguida, o Fórum ocorrido na região Sul, no Jardim América, aconteceu no Centro da Juventude, Rua Aurora Pinto da Cunha, número 131, e contou com a participação de 78 munícipes. Dentre os presentes, 20 optaram por realizar a contribuição oralmente a todos os presentes, 9 protocolaram documentos e apenas 1 contribuição escrita foi coletada. O fórum foi o primeiro escolhido para a Região Sul.



Figura 12: Fórum Jardim América, 08/05/2018.

O Fórum de Santana ocorreu na Casa do Idoso Norte, Rua Carlos Belmiro dos Santos, número 99. Foi o único Fórum que ocorreu na área urbana da Zona Norte. De acordo com a lista oficial do evento, 94 pessoas estiveram presentes, contribuindo com 33 falas, 5 contribuições escritas e 2 documentos protocolados.



Figura 13: Fórum Santana, 09/05/2018.

O local escolhido para o evento na Região Sudeste foi a EMEF Prof.^a Lúcia Pereira Rodrigues, Jardim Santa Fé, Praça IV Centenário, número 401. Dos 50 participantes, 11 optaram pela contribuição oral, totalizando 17 falas feitas por munícipes e representantes de instituições. Foram coletadas 9 contribuições por escrito e 1 documento protocolado.



Figura 14: Fórum Santa Fé, 10/05/2018.

O primeiro Fórum destinado para a região Leste ocorreu no Jardim Novo Horizonte, ao Sul da Rodovia Presidente Dutra. As atividades ocorreram na EMEF Prof.^a Sônia Maria Pereira da Silva, Rua dos Alfaiates, número 321. O evento contou com a participação de 31 munícipes, foram coletadas 8 contribuições por fala e 1 por escrito.



Figura 15: Fórum Novo Horizonte, 11/05/2018.

No sábado dia 12 de Maio, ocorreu o Fórum Regional do Bonsucesso. A apresentação técnica buscou evidenciar os objetivos e diretrizes específicos para a área rural e a interação das atividades rurais com o espaço urbano. O evento contou com a participação de 55 munícipes, que contribuíram com 18 falas, 5 contribuições escritas e 8 documentos protocolados.



Figura 16: Fórum Bonsucesso, 12/05/2018.

O Fórum Regional que aconteceu no Residencial Gazzo foi o segundo destinado aos moradores da Região Sul, na Estrada Arcílio Moreira da Silva, 191. Totalizou 24 participantes, sendo que 11 contribuíram oralmente, totalizando 12 falas, 3 contribuições escritas e 2 documentos protocolados.



Figura 17: Fórum Residencial Gazzo, 14/05/2018.

O segundo fórum da Região Leste aconteceu na Vila Industrial, na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 6907. Foram contabilizadas 26 contribuições, sendo 15 falas, 5 escritas e 6 documentos protocolados entre os 61 presentes.



Figura 18: Fórum Vila Industrial, 15/05/2018

O último Fórum ocorreu na Rua Euclides Miragaia, número 508, na Casa do Idoso da Região Centro da cidade, no dia 16 de Maio de 2018. Ao todo, 295 munícipes assinaram a lista oficial do evento e 99 contribuições foram coletadas, sendo 33 falas, 20 contribuições escritas e 46 documentos protocolados.



Figura 19: Fórum Centro, 16/05/2018.

Nesses dez dias de atividades, foram contabilizados 831 participantes, uma média de 83,1 por Fórum. Houve 344 contribuições, sendo 199 orais, 59 contribuições escritas e 86 documentos protocolados durante os Fóruns, como pode ser observada na tabela a seguir:

BAIRRO	Nº DE PARTICIPANTES	CONTRIBUIÇÕES ORAIS	CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS	DOCUMENTOS PROTOCOLADOS
São Francisco Xavier	100	29	8	6
Jadim das Indústrias	43	14	2	6
Jardim América	78	20	1	9
Santana	94	33	5	2
Jardim Santa Fé	50	17	9	1
Novo Horizonte	31	8	1	0
Bonsucesso	55	18	5	8
Residencial Gazzo	24	12	3	2
Vila Industrial	61	15	5	6
Centro	295	33	20	46
TOTAL	831	199	59	86

Tabela 18: Total de contribuições por Fórum.

Durante o período de 20 de Abril a 24 de Maio, os munícipes e representantes de instituições também puderam protocolar contribuições referente à proposta do Plano Diretor na Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Durante esse período foram protocolados 11 documentos que tiveram a mesma importância das demais contribuições dos Fóruns Regionais.

Além disso, o site oficial do Plano Diretor esteve aberto para receber propostas, na aba “Ideias para a Cidade”, e contou com 89 contribuições. A plataforma online foi divulgada em todos os Fóruns Regionais.

4. RESULTADOS

A partir da fragmentação dos temas, elaborou-se um gráfico para verificar a quantificação dos temas mais abordados pela população, em todos os tipos de contribuições, com a finalidade de entender quais são os temas de maiores interações e, conseqüentemente, que possuem maiores consensos e dissensos com a proposta elaborada pela PMSJC do Plano Diretor.



Gráfico 3: Distribuição dos Temas das Contribuições. Fonte: IPPLAN, 2018.

O primeiro tema a ser analisado é a **ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO**, esta representa 1,12% das contribuições recebidas. As ADE são os núcleos associados à implantação de empreendimentos econômicos de grande porte e às áreas com vocação para tal.

As contribuições a cerca deste tema concentram-se majoritariamente a respeito da ADE Potencial Ambiental Turística São Francisco Xavier, onde a população mostra preocupação com a preservação da identidade do distrito e no desenvolvimento do turismo e atividades que não gerem impacto na qualidade de vida e preservação ambiental, o que vai ao encontro à proposta do Plano Diretor.

Ainda há uma afirmação por parte da população que diz acreditar “na possibilidade, através do plano diretor, da coexistência de populações de rendas distintas e preservação ambiental”, que também mostrou preocupação com o processo de gentrificação e perda da identidade local.

A Proposta da Atus, de São Francisco Xavier, foi recebida em forma de documento em Fóruns de outras regiões, totalizando quatro documentos que eram pertinentes ao tema, solicitando uma “Valorização da economia local, dinâmica, criativa e sustentável a partir da cadeia produtiva do setor agro-silvo-pastoril e turístico-artesanal municipal”, o que caracteriza um consenso com o restante das contribuições a respeito do tema.

A preocupação com relação ao desenvolvimento econômico do município obteve dois apontamentos: um questionando se este ocorrerá apenas na construção civil e na indústria e o outro solicitando que existam políticas para que as grandes empresas permaneçam na cidade. Ambas são pertinentes e consensuais à proposta do Plano Diretor no tocante a promover o estabelecimento de outras atividades econômicas e o fortalecimento das existentes.

O tema **ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL** dá-se pelo mapa 13, que tem por pressuposto identificar na área urbana do Município, os atributos naturais que serão protegidos no âmbito da política de uso e ocupação do solo. A proteção desses atributos naturais corrobora para o conforto ambiental e para a manutenção da paisagem natural, considerada patrimônio da Cidade.

São estes os atributos das Planícies aluvionares dos Rios Paraíba do Sul e Jaguari, fragmentos florestais remanescentes de Mata Atlântica e de Cerrado, áreas suscetíveis à inundação e as áreas de controle de impermeabilização.

O referido tema representa 0,17% e obteve somente duas contribuições diretamente ligadas ao mesmo, onde uma observação se submete às áreas suscetíveis à inundação na região da Vila Cristina, na qual o munícipe aponta a necessidade de obras no local. E a outra observação é referente à enchente na Vila Tatetuba, que se correlaciona com as áreas de controle de impermeabilização que possuem o objetivo de reduzir as enchentes em área urbana.

O terceiro tema a ser analisado é o de **CENTRALIDADES URBANAS**, este representa 0,52% das contribuições recebidas. As Centralidades são áreas que apresentam forte atração populacional e grande dinâmica, já existentes ou em novas localidades propostas no Plano Diretor para a cidade. Estas são caracterizadas principalmente por sua intensidade de atividades (em especial comércio e serviços), podendo também apresentar aspecto simbólico, elevado valor do solo, boas condições de acessibilidade e infraestrutura de transportes.

As novas centralidades surgem da expansão do tecido urbano e são associadas na Proposta do Plano ao conceito de qualidade de vida e sustentabilidade, uma vez que garante acesso a serviços essenciais mais próximos à população, diminuindo a necessidade de viagens motorizadas individuais e aumentando as viagens de transporte público e a pé.

As contribuições a cerca deste tema abordaram questionamentos sobre a fundamentação teórica e conceitual do objeto; expuseram a necessidade de esclarecimento sobre a proposta, já que nesta fala-se da descentralização e das pessoas que moram longe do trabalho e propôs a aprovação da centralidade na região do Novo Horizonte. Nota-se que estas contribuições são pedidos de esclarecimentos relativos à Proposta do Plano Diretor e há um consenso, já que a Proposta cita a centralidade do Novo Horizonte como uma centralidade local a induzir.

Também foi requerida a revitalização do Centro Comercial 1 do bairro Cidade Vista Verde entre a rua Santa Fé e Argentina, expressando um dissenso relativo à proposta do Plano Diretor, que aponta para o desenvolvimento de projetos de requalificação e revitalização próximo à Casa do Idoso e no bairro ao lado, o Jd. Motorama, não a região apontada pelo munícipe.

Outro ponto levantado pela instituição Saviver, sendo o único documento protocolado relativo ao tema, foi a construção de equipamentos, comércios (entre a Rua Brasília e a Rua Cidade de Washington no Cid. Vista Verde) e serviços na zona leste. Também foram apresentadas críticas relativas à atual falta de atividades fora do centro, solicitando a instalação de atividades em outras localidades. Estes dois pontos entram em consenso com o Plano Diretor, já que mostram o desejo de atividades em novas localidades, como a proposta sugere, e atividades na zona lindeira do Cid. Vista Verde, próxima ao Jd. Motorama. Assim, pode-se perceber os dissensos e os consensos relativos às proposições e entendimentos dos estudos das centralidades urbanas.

O tema **DIRETRIZES SETORIAIS** representa 18,32% das contribuições recebidas durante a etapa dos Fóruns Regionais. As diretrizes setoriais compreendem as temáticas de educação, saúde, assistência social, Fundhas, esportes, meio ambiente, cultura, manutenção da cidade, macrodrenagem, desenvolvimento econômico e proteção ao cidadão. A distribuição das colaborações recebidas dentro do tema é apresentada no gráfico abaixo:

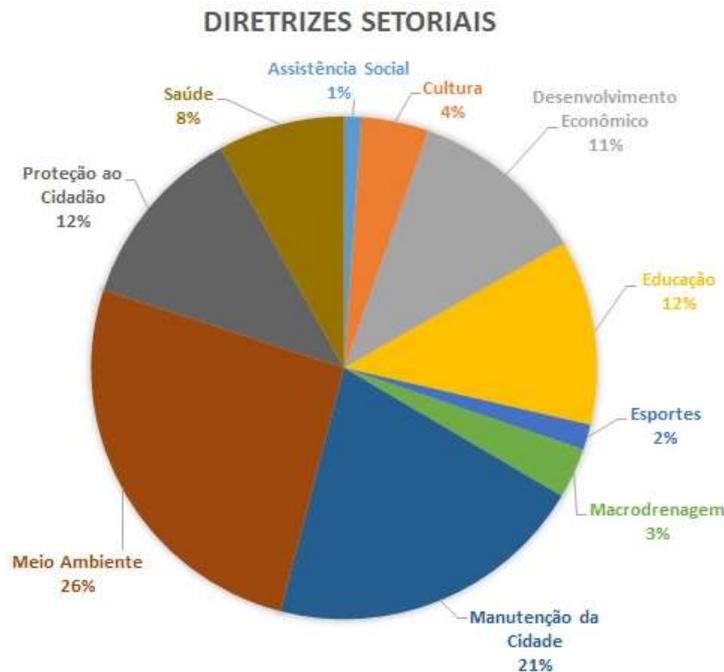


Gráfico 4: Distribuição das diretrizes setoriais.

As diretrizes setoriais relacionadas à área da educação, que representa 12% das contribuições dentro do tema, foram abordadas em todo o município. Na região de São Francisco Xavier e área rural foram solicitadas creches, criação de escolas municipais rurais com cursos profissionalizantes, agrícolas e técnicos. E na região leste foi apontada a necessidade de uma universidade na região. De forma ampla, foram citadas as necessidades de creche em período integral, cursos de línguas e a utilização das escolas no período noturno e aos finais de semana, para palestras e cursos profissionalizantes.

A área da saúde foi abordada em 8% dos casos de diretrizes setoriais durante os fóruns regionais. As colaborações indicaram a necessidade de maior abrangência das UPAs e UBSs na cidade. Foram pontuados os bairros Campos dos Alemães, Nova Detroit, Santa Luzia, Santana e no distrito de São Francisco Xavier. A necessidade de melhorias nos equipamentos e no atendimento mais humanizado também foi pontuada. No setor de assistência social (1%), os apontamentos foram, predominantemente, relacionados ao atendimento de usuários de drogas, álcool e pessoas em situação de rua.

Nos tópicos de esporte (2%) e cultura (4%), as contribuições foram relacionadas à integração dos jovens à sociedade, com cobranças relacionadas à criação de mais locais para práticas de esportes, ações sociais em prol das atividades esportivas e, também, a

integração das atividades esportivas com animais, devido à grande área rural do município.

Especificamente na área da cultura, foram pontuadas as políticas públicas para os jovens, com a criação de centros de cultura e modernização das bibliotecas municipais. Além de críticas em relação à diminuição das atividades culturais na Casa da Cultura Lili Figueira, Cine Santana e do projeto Centro Vivo.

As colocações da população referentes à área de manutenção da cidade representaram 21% das contribuições recebidas nas diretrizes setoriais. As contribuições foram relativas à necessidade da manutenção da iluminação pública; asfaltamento e recapeamento de ruas e estradas rurais; serviços de antipoeira e capina; e serviços relacionados à poda de árvores.

O subtema de desenvolvimento econômico recebeu 12% das colaborações dentro da seção de diretrizes setoriais. As contribuições foram em relação à produção de água da região de São Francisco Xavier e Rural Norte, com a defesa da expansão do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), promovendo renda aos moradores da região. Os produtores rurais pontuaram a necessidade de um centro de comercialização, criação de fundos de desenvolvimento rural e apoio à abertura de empresas pelos pequenos produtores e apoio às agroindústrias.

Foi proposta a implantação do conceito de “ecovilas”, tanto rurais como urbanas, para a geração de renda e produção de alimentos. Na zona rural norte e São Francisco Xavier foi mencionada a necessidade de se apoiar o turismo para geração de renda local. E o empreendedorismo no município foi mencionado devido à necessidade de apoio aos empreendedores e à proposta de criação de um banco de dados dos empreendedores.

No tópico de proteção ao cidadão (12%), foi mencionada de forma ampla a necessidade de mais segurança e investimentos no monitoramento da cidade. Em relação às questões de defesa civil, foi citada a necessidade do monitoramento da REVAP-PETROBRAS, devido à periculosidade e dificuldade de evacuação da região leste em caso de acidentes de grandes proporções.

Também foi citada a necessidade de base do corpo de bombeiros na região norte. No Fórum Regional da região central da cidade, foram mencionados os casos de violência policial nas ações realizadas no Jd. Nova Esperança (comunidade do Banhado).

A área de meio ambiente representa 26% das contribuições recebidas no tema diretrizes setoriais. Dentro deste tema, as contribuições versaram sobre a preservação de áreas verdes e arborização das ruas; as denúncias na poluição do meio ambiente devido à falta de saneamento básico; educação ambiental; e a proteção animal. Foram pontuadas: a necessidade de mais áreas verdes; fiscalização das APPs; proteção ao Bosque Betânia pois segundo o município existe a necessidade em preservar as árvores e os animais que vivem no local; e a necessidade de se proteger a Mata Atlântica do município, contendo a expansão do plantio de eucalipto.

A educação ambiental entrou em pauta com a indicação da necessidade de se incentivar hortas comunitárias nas escolas e a solicitação da introdução da educação ambiental aos mais jovens. A questão dos animais domésticos foi levantada por falas e documentos protocolados com propostas de guarda responsável dos animais e a fiscalização e apoio dos órgãos públicos em relação aos maus tratos e abandono.

O saneamento básico foi fortemente pautado no Fórum Regional de São Francisco Xavier, devido à falta de saneamento no distrito, causando poluição dos rios da região e a falta de cumprimento do Plano de Saneamento Básico.

Na área de macrodrenagem (3% das diretrizes mencionadas nas questões setoriais), foi mencionada a necessidade de infraestrutura e manutenção das nascentes urbanas, em especial na região do Córrego Senhorinha e na região do Capuava. A necessidade de desassoreamento de rios da região do Jaguari e manutenção das valetas que passam no banhado também estiveram em pauta.

A enunciação concernente aos **EQUIPAMENTOS URBANOS E SOCIAIS** no caderno de proposta do Plano Diretor traz as diretrizes do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais e seus componentes são os equipamentos de educação, saúde, esportes, cultura e assistência social. A cooperação da população para com este tema foi de 5,53%.

Predominantemente, os apontamentos foram referentes às diversas solicitações de equipamentos em todas as regiões da cidade, como creches em tempo integral, solicitadas especialmente nas regiões periféricas das zonas Leste, Norte e Sul, escolas de todos os níveis, melhorias nos equipamentos de saúde e ampliação, instalação da Clínica Leste, Casas do Idoso nas localidades complementares às já existentes, implementação de casas de Cultura na região do bairro Cajuru, instalação dos equipamentos públicos nas imediações das habitações de interesse social, incentivo à leitura através da implantação

de bibliotecas comunitárias, especialmente nos bairros periféricos, e a finalização da obra da Arena Esportiva, no Jardim das Indústrias.

Outro ponto abordado foi a reclamação frequente da retirada dos equipamentos públicos existentes no Jd. Nova Esperança, comunidade do Banhado. A população ali presente é muito carente e se mostrou avessa à retirada dos equipamentos, de saúde, escola e Fundhas.

Ainda foram protocolados quatro documentos referentes à proposta de São Francisco Xavier (Atus) para a área de cultura, pensando em reconstruções de casas de cultura, políticas incentivadoras, de instalação de centros de cultura, políticas de restauro e preservação do patrimônio com a ajuda da FCCR, além da implantação de equipamento Poliesportivo.

As colocações feitas pela população não apresentam divergências ou dissensos para com a proposta do Plano Diretor, estas apenas demarcam as áreas prioritárias para os investimentos e implementação dos equipamentos públicos com um olhar mais local do que o plano, que é municipal.

O tema **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL** foi o quarto tema mais abordado durante os Fóruns Regionais, com 12,88% das contribuições. A Habitação de Interesse Social, HIS, tem como princípio de sua política pública promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais.

Existem diferentes tipos de habitação enquadrados neste critério, que são:

- Habitação de Interesse Social (HIS): moradia destinada à população com renda familiar de até três salários mínimos.
- Habitação de Mercado Popular (HMP): aquela destinada à população com renda familiar mensal na faixa entre três a seis salários mínimos.
- Loteamento de Interesse Social: aquele destinado à produção de lotes para a população com renda familiar até três salários mínimos, vinculados a programas habitacionais de interesse social.
- Núcleos urbanos informais: imóveis utilizados como cortiço, agrupamentos de habitações precárias, favelas ou loteamentos irregulares e/ou

clandestinos, que demandam estudos específicos quanto à possibilidade de regularização fundiária e qualificação urbanística ou quanto à necessidade de reassentamento.

- Núcleos urbanos informais de interesse social: ocupados predominantemente por população de baixa renda.
- Núcleos urbanos informais de interesse específico: ocupados por população não caracterizada por baixa renda, incluindo parcelamentos ou ocupações não residenciais.
- Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social sujeitas a critérios especiais de parcelamento, uso e ocupação de solo.
- Zona Especial de Interesse Social Um - ZEIS 1: Núcleos Urbanos Informais ocupados por população de baixa renda, cujos perímetros estão delimitados no Mapa 12 deste Plano Diretor.
- Zona Especial de Interesse Social Dois – ZEIS 2: áreas destinadas à implantação de HIS.

Existe uma pluralidade quanto às contribuições a respeito da Habitação de Interesse Social, pois estas são acerca das ZEIS, especialmente sobre a regularização fundiária dos núcleos urbanos informais.

É fato o consenso entre a população que reside nestes núcleos informais, as solicitações das mais diversas formas para a regularização e a população que não reside nos núcleos informais em apoio à regularização. Não houve nenhum apontamento contrário à regularização das áreas informais.

A população fala sobre a realocação para regiões próximas das ocupadas quando há a necessidade de sair da moradia por estar em área de risco ou outro motivo pertinente. Apontam ainda que os moradores de áreas rurais não se adaptam à cidade, pois o modo de vida é muito diferente.

No entanto, observou-se um dissenso, pois um munícipe comentou sobre as torres no Banhado que serão leiloadas e que deveriam alocar população e os demais apontaram que a população não quer ser alocada em prédios, por não poder manter o mesmo modo de vida que tem em casas, especialmente no Jardim Nova Esperança (Banhado), pois criam animais.

Duas críticas foram apresentadas para os projetos do Arco da Inovação e Via Jaguari, estas afirmam que o dinheiro das vias deveria ser investido em habitação de interesse social e infraestrutura para os bairros irregulares (núcleos urbanos informais).

A regularização do Jd. Nova Esperança (Banhado) foi muito apontada no Fórum que ocorreu no Centro, devido à proximidade com a comunidade. Houve um consenso entre os participantes deste Fórum em especial, sobre a necessidade de regularização do bairro, que foi recebida como proposta durante o evento. Os moradores afirmam que não querem sair de lá e um destes aponta que a Via Vidoca (proposta popular) também não é uma solução como forma de substituição à regularização da comunidade do Banhado.

A população ainda discorreu sobre a necessidade de criar projetos e condições de permanência no local. A fala geral da população que reside na comunidade é que eles vão lutar e resistir para permanecerem no local.

Ainda sobre a temática da regularização fundiária do Jd. Nova Esperança, no Fórum da região Centro, houve uma manifestação artística em formato de poema/rap para relatar os anseios e as necessidades da população. Falou-se sobre a desigualdade social, a violência pela exclusão social e a falta de direito e a necessidade de humanização no tratamento das populações mais carentes, além de crítica à Via Banhado, indicando a resistência da população contra a via e o pedido de regularização fundiária.

Foi questionada por alguns munícipes a capacidade de suporte para receber novos contingentes populacionais, que habitarão os conjuntos habitacionais nas regiões sudeste, oeste e sul. Também apontam a necessidade das melhorias dos equipamentos públicos que irão atender este aumento de demanda populacional.

Dos Fóruns Regionais derivou-se uma série de protocolos de documentos produzidos pelo grupo de estudos denominado “Fórum Popular”, referente ao tema de HIS. Estes documentos foram protocolados por entidades como a Associação de Moradores do Rio Comprido, do Águas do Canindú e do Recanto dos Tamoios, membro do Conselho Gestor, Defensoria Pública e Munícipes.

Este grupo, após suas discussões elaboraram seis tipos de documentos distintos, estes foram protocolados em quatro eixos diferentes pertencentes diretamente ao tema HIS, o título “Eixo 1” com quatro documentos, o segundo tipo de documento com título “Eixo 2” com seis documentos, o “Eixo 3” com oito documentos e o último documento com

título “Eixo 6” com três documentos. Os “Eixos 4 e 5” foram alocados nas temáticas de Instrumentos da Política Urbana e Participação Popular respectivamente.

O “Eixo 1” questiona a política urbana descompromissada com o cumprimento da função social da propriedade. Propõe a “Implementação de uma Política Municipal de Habitação com revisão e revitalização do Conselho Municipal de Habitação, associada ao sistema de mobilidade e locais de oferta de emprego”. Este eixo pretende incluir no Plano Diretor uma nova abordagem no tratamento da questão do acesso à cidade pela população de baixa renda, com foco na redução das desigualdades, na justiça social, na garantia do direito à moradia digna e do Direito à Cidade, com fortalecimento da participação popular e da gestão democrática.

O “Eixo 2” propõe a implementação de uma Política de Regularização Fundiária e do respectivo programa, destinados à regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e à titulação de seus ocupantes.

No “Eixo 3” o grupo solicita a regulamentação das ZEIS no Plano Diretor, como forma de viabilizar o acesso à moradia digna e ao direito à cidade. Ainda aponta que “para que o Plano Diretor possa contribuir para garantir o acesso à cidade, a regularização fundiária dos bairros irregulares e a moradia, é preciso que as ZEIS sejam regulamentadas no plano”.

Este eixo aponta ainda uma vertente que foi comentada por outros munícipes em suas contribuições, que o mapa de ZEIS traz quantidade menor de núcleos demarcados do que os mapas apresentados anteriormente pela prefeitura.

Houve propostas para inserir a zona Norte no mapa da cidade, destacando a necessidade de regularização dos núcleos urbanos informais, especialmente o Rio Comprido e São Mateus, que não estão demarcados, além de Águas do Canindú I e II e Chácaras Havaí, que foram citadas diversas vezes. Proposta para inclusão dos bairros de SFX no mapa também foi recebida, como os bairros de Lavras e Remédios, além das regularizações dos bairros Barreira e Ferreira terem sido apontadas.

Outro munícipe solicitou que todos os núcleos urbanos informais fossem demarcados com um ponto nos mapas. Também foi apontado que não foram demarcadas ZEIS nos vazios urbanos das macrozonas que detêm melhor infraestrutura (Macrozona de Consolidação), apresentando um consenso com a proposta do Plano Diretor que indica que na Macrozona de Consolidação deve-se estimular o uso habitacional, principalmente

o de interesse social. Entretanto marca um dissenso em que a população assinala que não existe a demarcação de ZEIS nesta área e nem a utilização de instrumentos para forçar tal acontecimento.

A Defensoria Pública, através de protocolo de documento, solicita a inclusão no Mapa 12, de todas as ZEIS atualmente existentes e todos os núcleos urbanos informais, além de todas as áreas ociosas onde se pretende implantar habitação de interesse social, classificando-as como ZEIS 1 ou ZEIS 2, conforme o caso.

De acordo com o “Eixo 6”, existe uma inseparabilidade entre a política de regularização fundiária e as políticas públicas de habitação de interesse social, uso e ocupação do solo, macrodrenagem, mobilidade urbana e de prevenção e redução de riscos. Ainda aponta que a regularização fundiária deve ser articulada com outras políticas setoriais para reduzir as desigualdades, garantir justiça social e garantir o acesso à cidade e à moradia”.

Observou-se um consenso entre um apontamento e a Proposta do Plano Diretor, em que o munícipe reforça a ideia de adensamento dentro das áreas infraestruturadas. Houve ainda sugestões para que o vazio urbano do Jd. Aquarius seja utilizado para a construção de moradias populares, ainda na lógica do adensamento, pois poderia auxiliar na resolução dos problemas de mobilidade das pessoas que residem em lugares distantes e trabalham nesta região.

Outros apontamentos recebidos são a respeito da falta de qualidade arquitetônica das moradias populares, um munícipe registou que ao se falar em moradia não se pode deixar de pensar nas vidas e que a população depende de caminhão pipa na Vila São Mateus, em razão da falta de regularização e, conseqüentemente, de abastecimento.

Solicitam a articulação das demais políticas públicas aos temas de regularização fundiária e habitação. E também foram apontadas as notificações de demolições recebidas por alguns munícipes, onde um deles apontou que, antes de fazer a notificação, a prefeitura poderia oferecer ajuda para o proprietário realizar as melhorias necessárias para não demolir.

A Defensoria Pública protocolou um documento no fórum tratando da Habitação de Interesse Social, no qual são propostas alterações nos itens 5 e 6 das diretrizes e objetivos: "Articular a política HIS com a política municipal de regularização fundiária, considerada a indissociabilidade entre elas" e "Construir um Plano Municipal de

Regularização Fundiária de Interesse Social que articule medidas preventivas, mitigadoras e corretivas, visando à regularização de todos os núcleos informais existentes". Em consenso com o que foi apontado pelos munícipes.

Outro ponto proposto pela Defensoria Pública é a alteração da redação do item 6, alínea "e" das diretrizes e objetivos referentes ao ordenamento territorial, para "Prever mecanismos para afastamento ou mitigação de riscos ou, em caso de impossibilidade absoluta, a realocação da população residente nestas áreas, prioritariamente no mesmo núcleo urbano, em consonância com o Plano Municipal de Redução de Riscos".

O tema de **INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA** representa 2,07% das colaborações. A proposta do Plano Diretor aponta o tema como necessário para cumprir o ordenamento do território e a função social da cidade e da propriedade urbana (em conformidade com o artigo 2º do Estatuto da Cidade).

Os objetivos da utilização dos instrumentos são: para induzir a função social da propriedade, recuperar os investimentos e parte da valorização imobiliária gerada pelas ações do Poder Público, estabelecer por lei as contrapartidas necessárias para mitigar e compensar os impactos gerados pela implantação de grandes empreendimentos, estimular a HIS e HMP em áreas dotadas de infraestrutura e equipamentos públicos; promover a regularização de núcleos urbanos informais consolidados.

Para facilitar a análise dos Instrumentos citados na proposta, abordar-se-á primeiramente os instrumentos detalhados no Plano Diretor, o primeiro instrumento descrito é a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC).

Houve oito contribuições a respeito da OODC e sete delas são contrárias à proposta do Plano Diretor e sobre à utilização da Outorga Onerosa. Contudo, há divergências de opiniões e motivos pelos quais as pessoas são contra a utilização deste instrumento.

Todos os posicionamentos contrários à utilização da Outorga são baseados no conceito de verticalização, alguns sendo contra e outros a favor da verticalização. Dos apontamentos a favor da verticalização e contra a Outorga tem-se a instituição ACONVAP, por meio de suas representantes que solicitam que haja uma maior discussão a respeito da Outorga e que esta seja delimitada com maior clareza do que consta na Proposta do Plano Diretor. Ainda expuseram a proposta para que esta seja "definida em Lei Específica

e praticada somente acima do coeficiente de aproveitamento aceito hoje e somente nas áreas que dispõem de infraestrutura”.

O movimento Defendem São José traz sua contribuição contra a utilização da outorga e contra a verticalização, aponta que a “Outorga pode trazer benefícios para o município, mas não é o momento para ser aplicada, pois a verticalização pode desfavorecer a paisagem, especialmente a vista da Serra da Mantiqueira”.

Ainda foi levantada a falta de definição do Coeficiente de Aproveitamento Mínimo. A única manifestação durante os Fóruns que não foi contra a utilização da Outorga mostra que o mecanismo não deveria ser o principal instrumento do Plano Diretor e sim o Parcelamento, Edificação e Utilização de Compulsórios e o IPTU Progressivo.

Houve um apontamento citando a necessidade de aplicação dos instrumentos de IPTU Progressivo no tempo e do PEUC para os vazios urbanos. São feitas críticas a não utilização e delimitação desses vazios na Proposta do Plano Diretor e que o IPTU progressivo é capaz de reduzir o preço da terra, portanto necessário de ser previsto.

A falta da definição dos vazios urbanos (imóveis subutilizados, vazios e sem utilização) também foi mencionada diversas vezes. Em específico, foi levantada a crítica à Proposta em que os vazios menores que 5.000 m² devem estar mapeados e disponibilizados para a população e que estes devem cumprir a função social da propriedade. Foi apontado ainda que terrenos maiores que 500 m² seriam suficientes para alocar a população, e que não precisam ser grandes vazios.

Mesmo estando explicitados na Proposta do Plano Diretor os instrumentos de Transferência do Direito de Construir, Estudo de Impacto de Vizinhança, Operação Urbana Consorciada, Desapropriação com Pagamentos em Títulos da Dívida Pública, Direito de Preempção ou Preferência não foram citados em nenhum Fórum.

Dos Fóruns Regionais derivaram-se doze protocolos de documentos produzidos pelo grupo de estudos denominado “Fórum Popular”, referente à utilização de instrumentos para promover a habitação de interesse social. Estes documentos foram protocolados por diferentes esferas, como Presidentes da Associação de Moradores, membro do Conselho Gestor e advogada de núcleo informal.

Tal documento traz como proposta a “inclusão do Plano Diretor de todos os Instrumentos jurídicos e urbanísticos que permitam viabilizar uma política habitacional e de regularização fundiária mais ágil e eficaz no cumprimento do objetivo de redução das

desigualdades no Município”, justificando que, para contribuir com o acesso à cidade, à regularização fundiária e moradia, é necessária a previsão de todos os instrumentos jurídicos e urbanísticos possíveis para viabilizar uma política habitacional e de regularização fundiária ágil e eficaz. Este documento ainda foi lido na contribuição oral aproximadamente cinco vezes.

O **MACROZONEAMENTO RURAL** representa 0,00% das contribuições recebidas. O Macrozoneamento Rural prevê o ordenamento do território rural do município e as suas políticas públicas, levando em conta a biodiversidade, o patrimônio material e imaterial, os tipos e características de ocupação direcionando a valorização e preservação dos recursos naturais e da paisagem natural, o desenvolvimento socioeconômico harmônico e sustentável, a inclusão social da população rural e a melhor inter-relação entre o território rural e urbano.

O Macrozoneamento Rural é compartimentado da seguinte forma: Área de Proteção Ambiental - APA de São Francisco Xavier, Macrozona de Proteção de Recursos Hídricos, Macrozona de Potencial Turístico, Macrozona de Desenvolvimento Sustentável e APA da Serra de Jambeiro.

Trata-se de um tema para o qual não foi apresentada nenhuma contribuição direta, portanto não existem consensos ou dissensos para serem analisados relativos à Proposta do Plano Diretor.

O tema **MACROZONEAMENTO URBANO** representa 0,35% das contribuições recebidas. O Macrozoneamento Urbano prevê o ordenamento do território tendo como embasamento os serviços e a infraestrutura existente, além das características ambientais e locais, com a meta de democratizar o acesso à terra urbanizada, o bem-estar dos habitantes e o desenvolvimento coeso e sustentável da cidade, através de uma ocupação equilibrada e ambientalmente correta.

Este se divide em:

- Macrozona de Consolidação (MC), que é o perímetro da grande malha urbanizada, por sua destacada acessibilidade, grande opção de equipamentos, serviços públicos e maior concentração de empregos. Procura-se induzir a ocupação de vazios, estimular o uso habitacional e a requalificação urbanística e diversidade de usos.
- Macrozona de Estruturação (ME), que é o perímetro caracterizado pela baixa presença de comércios, serviços, equipamentos públicos e pela presença de espaços

com descontinuidade de malha urbanizada, onde a ocupação urbana precisa ser planejada para beneficiar a qualidade de vida de sua população, pleiteando a implantação de novos loteamentos e a diversidade de usos.

- Macrozona de Ocupação Controlada (MOC), que é o perímetro correspondente às áreas periféricas com acessibilidade limitada, pouca oferta de infraestrutura e de equipamentos públicos. Nela, a ocupação deve ser controlada, a fim de conter o espraiamento da malha urbana.

- Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Paraíba do Sul e Jaguari, é o perímetro constituído pelas planícies aluvionares do Rio Paraíba do Sul e do Rio Jaguari, onde se demandam normas específicas de acordo com o Plano de Manejo e o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), com o objetivo da proteção ambiental e paisagem natural.

As contribuições acerca deste tema abordaram a questão do adensamento da região sul, que se situa dentro da Macrozona de Consolidação e de Estruturação, como um aspecto negativo, o munícipe afirma que a região sul tem importância na circulação de ar em toda a cidade e que o adensamento de tal região poderia ser uma barreira. E também foi abordado um possível crescimento da região do Urbanova até a Zona Norte, falando da falta de ligação entre as duas regiões.

Pode-se notar que as contribuições relativas ao Macrozoneamento Urbano entram em dissenso com o adensamento e ocupação proposto pelo Plano Diretor pela Macrozona de Consolidação e de Estruturação na zona Sul, e em consenso com a ligação da zona Oeste com a Zona Norte a partir das premissas da Macrozona de Estruturação expostas na Proposta do Plano Diretor.

O décimo tema é o de **PARQUES URBANOS**, este representa 1,12% das contribuições recebidas. Os Parques Urbanos vêm a título de incrementar as Áreas Verdes e Sistemas de Lazer Públicos do Município. Com o caráter de potencializar a biodiversidade e promover o uso de modos suaves de deslocamento, será estudada uma rede de corredor verde entre eles. Os Parques estão representados no Mapa da Proposta do Plano Diretor referente ao tema (mapa 14).

As contribuições sobre este tema abordaram a proposição de um parque linear como forma de proteção ao Rio do Peixe em São Francisco Xavier; novos parques urbanos em locais vazios para a melhoria da qualidade do ar e de vida; criação de parques para

cães na área verde da Linha de Transmissão da EDP (conhecido como “linhão”) – único documento protocolado sobre o tema.

Os municípios e os movimentos “Somos Parque Betânia” e “Instituto Marilu Godoi de Proteção Animal” ressaltaram a necessidade da criação do Parque da Vila Betânia, e alguns outros municípios a criação de um Parque no vazio do Aquarius. Pode-se notar um consenso entre os municípios na necessidade de implementação de mais parques na área urbana da cidade.

A contribuição acerca do parque linear do Rio do Peixe está em concordância a proposta do Plano Diretor, pois está previsto no mapa do mesmo. Já as proposições relativas aos parques urbanos em locais vazios são parcialmente contempladas pela Proposta do Plano, à medida que alguns parques são sugeridos em locais vazios.

As questões relativas ao parque para cães na área da linha de transmissão, criação do Parque Betânia e de um Parque no vazio do Jd. Aquarius não aparecem no mapa da Proposta do Plano, sendo apresentados como um dissenso.

O seguinte tema é respeitante aos **PERÍMETROS RURAL E URBANO**, definidos pelo Mapa 2, onde se encontram os limites das Zonas Rurais e Zonas Urbanas, com 0,09% obteve somente uma contribuição a respeito.

Esta contribuição é dada por um questionamento da metodologia para definição do perímetro urbano e rural, afirmando que esta traz insegurança e o encolhimento do núcleo urbano como impedimento da expansão do núcleo urbano e acesso à terra, comenta de sua propriedade e de outras que deveriam estar inseridas no território urbano.

O tema de **REGULAÇÃO DO PARCELAMENTO DO SOLO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DA PAISAGEM URBANA** representa 22,82% das contribuições recebidas. O tema, de acordo com o que está exposto na proposta do PD, inclui as diretrizes a serem utilizadas para a revisão e consolidação da nova Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

A Regulação do Parcelamento do Solo foi um dos temas com maior número de contribuições. A maioria destas, entre oral, escrita e documentos protocolados – trinta e oito no total – apresentou o tema de mudança ou manutenção do zoneamento original do bairro Jardim Esplanada.

As associações, como a AABEA, Defendem São José, movimento Somos Parque Betânia e parte dos munícipes, expressaram-se a favor da manutenção do zoneamento original do bairro em questão, com o uso apenas residencial, visando à coibição de usos comerciais e de serviços além da demanda local, a exclusão das áreas de leis de anistia/regularização de uso e ocupação do solo às zonas exclusivamente residenciais, a distribuição das escolas entre as várias centralidades do município, a fim de desestimular a instalação em áreas saturadas e privilegiar áreas mais carentes, promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.

Além destes pontos relacionados à manutenção do zoneamento original, os mesmos citados também pedem a preservação dos bairros: Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II, como patrimônio paisagístico, ambiental, cultural e urbanístico do município. Aponta-se um possível dissenso entre o grupo quanto a manutenção do zoneamento residencial, visto que o zoneamento de preservação se configura de modo diferente.

Em relação às contribuições que apontam a necessidade de mudança do zoneamento do bairro do Jardim Esplanada, estão a associação ARES, o Sinduscon e parte dos munícipes, que apontam o desejo do zoneamento misto, possibilitando comércios, serviços e residências. A associação ARES ainda aponta o desejo de verticalização e o Sinduscon um uso misto de baixo impacto.

Nota-se que na Proposta do Plano Diretor, o Jardim Esplanada está na Macrozona de Consolidação e não apresenta Centralidades ou Áreas de Desenvolvimento Estratégico, portanto, nesse primeiro momento de Plano Diretor, não há representatividade de usos mistos sugeridos na região, o que caracteriza que neste quesito não há dissenso entre a proposta e o desejo da população.

Outras contribuições foram relativas ao bairro Cid. Vista Verde, onde o movimento Saviver manifesta o interesse na manutenção do zoneamento de uso residencial e a não-mudança para o zoneamento de uso misto, e outro munícipe, ao contrário deste primeiro movimento, solicita o entendimento do zoneamento e a liberação da verticalização na região.

Relativo ao bairro de Santana, os munícipes contribuíram sobre este tema apontando sua posição sobre a Lei de Zoneamento, a favor da verticalização da área. Estes, apontaram a necessidade da verticalização para que se aqueça o mercado imobiliário da

região e os terrenos possam ser comprados ou vendidos, mesmo que tenha que se utilizar do instrumento de Outorga Onerosa do Direito de Construir para tal.

Esta contribuição é em parte compreendida pela proposta, pois a mesma aponta o estabelecimento de centralidades e áreas de desenvolvimento estratégico na região de Santana, a fim de dinamizar os usos e aquecer o mercado. Porém, não conta com grande verticalização da região, já que o coeficiente de aproveitamento não apresenta grandes modificações na proposta.

Outra contribuição feita por um munícipe de São Francisco Xavier foi sobre os parcelamentos irregulares do solo – de 1.000 m², quando deveriam ser de 20.000 m² – que foram propiciados pela gentrificação e valorização da terra, onde a população de renda mais baixa está saindo do local e sendo substituída por um grupo de maior poder aquisitivo. Este apontamento liga-se à questão de fiscalização e de estudo de zoneamento. É um dissenso, já que a Proposta do PD não trata dessa questão em São Francisco Xavier.

Outra contribuição feita por um munícipe do Urbanova foi acerca das construções nas áreas de APP. Ele aponta que, quando a legislação foi modificada e aumentada a área de APP, os moradores da região ficaram desprovidos da possibilidade de ter equipamentos públicos, comércios e serviços próximos, além de novas aprovações de projetos, prejudicando sua qualidade de vida. Assim, ele propõe que sejam estudadas legislações que contemplem outros usos e essa população da área de APP. Isto é apontado como um dissenso à proposta do PD, que visa à manutenção e preservação das áreas de APP.

Outras contribuições ainda versaram contra o uso misto nas zonas residenciais da cidade, pois o uso misto afetaria a qualidade de vida, além de atrair usuários de drogas para próximo das residências. Esse é um fator controverso à proposta do Plano Diretor, que aponta para a necessidade de usos mistos como fator de aumento da densidade, urbanidade, qualidade de vida e menores deslocamentos.

O tópico da **SETORIZAÇÃO** define as unidades específicas para coleta e análise dos dados socioeconômicos e monitoramento e avaliação das normatizações e ações do poder público, chamadas de Setores Socioeconômicos, delimitados no Mapa 17. Este tópico não recebeu nenhum tipo de contribuição durante os Fóruns, com 0,00% das contribuições.

O tema de **TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO**, tratado no Plano Diretor, tem como diretriz a sua integração ao Plano de Mobilidade Urbana de São José dos Campos (PLANMOB), instituído em 2016, através da Lei Complementar 576/2016, visando um desenvolvimento urbano integrado.

No PLANMOB, destaca-se o fortalecimento do sistema de transporte público coletivo e dos meios não motorizados, como as viagens a pé e de bicicleta, para que haja uma maior igualdade na utilização do sistema viário e alternância das matrizes modais do município.

Os mapas propostos pelo Plano Diretor são: Macroestrutura Viária Principal (Mapa 6), Hierarquia Viária (Mapa 7), Sistema Ciclovitário (Mapa 8) e Sistema de Transporte Público (Mapa 9). Este tema não compreende as obras de manutenção de vias. Este tema representa 21,00% das contribuições recebidas, tendo como maior representatividade as contribuições de solicitação de melhorias no transporte público.

A maioria das associações de bairro, instituições e munícipes de todas as regiões da cidade demandaram a melhoria e/ou modificações das linhas de ônibus; aumento da quantidade dos mesmos; construção de novos modais de transporte, como BRT (Bus Rapid Transit), transporte fluvial e metrô.

A melhoria no sistema viário, a sinalização, o projeto de vias e o 'trânsito' foram algumas das contribuições mais presentes também. Grande parte dos munícipes, movimentos, associações e instituições que dissertaram sobre o tema, pediram a construção de mais vias e resolução dos problemas de 'trânsito'. A Via Cambuí, Via Banhado, a Ponte Estaiada (Arco da Inovação) da Proposta do Plano e "Via Vidoca" (Proposta do Defendem São José e AABEA) foram assuntos polêmicos, gerando opiniões diversas das instituições e dos munícipes.

A contribuição mais presente, contando com diversos documentos protocolados, apoiada pelo movimento Defendem São José, AABEA e seus membros, que apresentaram a população durante o Fórum Regional do Centro, foi a substituição da Via Vidoca pela Via Banhado. Entretanto, houve apontamentos contrários a implantação desta proposta de "Via Vidoca" realizados por munícipes não representados pelas instituições discriminadas anteriormente, evidenciando o dissenso e o embate quanto ao tema.

Essa Proposição de substituição de vias os grupos organizados mencionados, apontam que a "Via Vidoca", segundo o seu documento, seria uma "*alternativa vantajosa*

comparada ao projeto da Via Banhado por vários motivos. Entre outros, junto com as vias expressas constituídas pelas Avenidas Eng. Sebastião Gualberto, Sen. Teotônio Vilela, Florestan Fernandes, Jorge Zarur e Dr. Eduardo Cury, a Via Vidoca fecharia um anel em torno do Centro e do Banhado, com três vantagens: a não-agressão da Concha do Banhado, a interligação de 4 Centralidades e o alívio do trânsito nos entroncamentos da Avenida São João e Jorge Zarur e Avenidas Anchieta e Eduardo Cury.”

Outro ponto apresentado por alguns munícipes e o movimento Defendem São José foi de que o Plano Diretor contempla apenas a lógica do automóvel individual, não prevendo a realidade do pedestre, ciclista e transporte público.

O movimento Somos Parque Betânia também expressou o desejo de inibir os deslocamentos com veículos motorizados individuais e a priorização da realidade do pedestre e do ciclista. Todavia, a instituição AABEA também protocolou documentos sobre a priorização dos deslocamentos a pé e de bicicleta, mas apenas nas áreas residenciais. Pode-se notar que essa priorização de deslocamentos sem uso do automóvel individual é um consenso entre as instituições, movimentos e munícipes.

As associações, como a ATUS de São Francisco Xavier, Associação Recanto dos Tamoios, membros do Conselho Gestor e alguns munícipes, reivindicam a melhoria do transporte público de São Francisco Xavier entre bairros, com a criação de um Plano de Transportes e a melhoria da linha SFX-SJC. Nota-se que essa opinião é um consenso entre os entes.

Outras contribuições presentes foram acerca da mobilidade fora do perímetro urbano. Alguns munícipes apontaram a necessidade do desenvolvimento desse setor também na área rural. Foi exposta a utilidade da manutenção, monitoramento e segurança das vias rurais, com a imprescindível criação de corredores ao longo das estradas rurais destinadas para tráfego de animais, ciclistas e pedestres.

Algumas contribuições foram sobre a relação da mobilidade e das Áreas de Desenvolvimento Estratégico. Os munícipes apontaram a falta de conexão entre os dois temas, demonstrando que as ADEs deveriam ter fácil acesso à mobilidade.

A temática das **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO** representa o patrimônio ambiental do município, protegido pelas unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, no Mapa 15. Estão enquadrados na temática as APAs Municipais de São Francisco Xavier, das Planícies Aluvionares dos Rios Paraíba do Sul e Jaguari, da Serra

do Jambeiro, Parques Naturais Municipais do Banhado, do Cerrado e Augusto Ruschi – PNMAR.

Somente uma contribuição foi recebida sobre o tema, totalizando 0,09%. Nesta contribuição escrita são apontadas perguntas sobre os “poços e nascentes que a SABESP contamina e afirma que a fragilidade do Rio Paraíba do Sul deve ser incluída na Proposta”.

A seguir, têm-se a análise dos temas propostos neste relatório para tratar das contribuições que não se enquadravam nos temas da proposta do Plano Diretor. O tema **METODOLOGIA DO FÓRUM**, conforme explicado anteriormente no item de Planejamento, foi definido devido à quantidade de contribuições pertinentes a metodologia aplicada durante o Fórum como um todo. Nesta, são descritas críticas, elogios e sugestões de melhorias e totalizam 1,73% das contribuições recebidas nos Fóruns.

Foram realizadas contribuições a respeito da apresentação técnica, devido à complexidade do tema, 21 apontamentos sobre a dificuldade de compreensão foram declarados. Estes apontamentos solicitam que sejam utilizados menos termos técnicos e que a linguagem utilizada seja de mais fácil compreensão para quem não é profissional da área. Nota-se, então, que houve um consenso entre a população de que o tema é denso e de difícil explanação e que existiu durante os Fóruns a necessidade de melhorias quanto à apresentação.

As demais contribuições referem-se à metodologia do Fórum, onde são apontados que o fórum deveria ser no formato de debate e não somente exposição e que fosse possível tirar dúvidas enquanto é feita a apresentação. Houve também um pedido de que os fóruns fossem filmados e uma congratulação quanto à organização, metodologia do evento e bom atendimento.

A instituição AABEA protocolou um documento no Fórum do Jd. das Indústrias solicitando a inclusão da coluna “Bairro onde mora” nas listas de presença física, com a finalidade de conhecer o grau de participação de cada bairro nos Fóruns, esta foi acatada a partir do Fórum subsequente.

O conteúdo referente à **PARTICIPAÇÃO POPULAR** conta com 4,06% do total de contribuições dos Fóruns Regionais e caracteriza-se por tudo o que é alusivo ao processo participativo.

Os participantes apontaram que a população pouco participou e necessidade de ampliar a divulgação para atrair mais participações, caracterizando em um consenso. Os demais apontamentos não foram possíveis identificar consensos ou dissensos, já que estes eram de modo mais isolado.

Foi proposta uma reforma na participação popular, em que se apontaram necessárias capacitações anteriores ao processo participativo do Plano Diretor e que a participação poderia ser deliberativa. Houve duas contribuições no que concerne à necessidade da participação da população na elaboração da minuta do projeto de lei do Plano Diretor.

Efetivou-se uma contribuição apontando que estão sendo executadas obras na cidade antes da consolidação do Plano Diretor (como vias e pontes). A Defensoria Pública elogiou a manifestação da população. Houve uma proposta de que “ao final, toda a proposta do Plano Diretor seja aprovada em uma conferência da cidade e que sejam eleitos os novos membros do Conselho Gestor ou outra nomenclatura, mas seja eleito o mecanismo que irá fiscalizar e acompanhar a efetivação do Plano Diretor e seu controle Social”.

Houve as disposições propondo e solicitando um fortalecimento da participação popular nas etapas de planejamento e políticas públicas de ZEIS e regularização fundiária, pois os moradores dos bairros não regularizados alegam viver diariamente o abandono do poder público. Estes gostariam de poder contribuir por meio de participação efetiva nos processos de planejamento, tomada de decisão e incorporação da proposta do coletivo. Estes se mostraram contrários à proposta do Plano, por esta não contemplar todos os núcleos informais.

Referente ao distrito de São Francisco Xavier, recebeu-se quatro contribuições acerca da falta de participação da população do distrito e existe um consenso dos munícipes e da Sociedade Amigos de São Francisco Xavier (SASFX) quanto à necessidade de considerar as propostas enviadas pelo trabalho produzido em grupo e protocolado na PMSJC, no qual estão apresentadas as necessidades e as propostas de população local. O que representa um dissenso com a proposta do Plano Diretor, que não conta com um capítulo específico para o distrito.

Dos Fóruns Regionais derivaram-se cinco protocolos de documentos produzidos pelo grupo de estudos denominado “Fórum Popular” referente à necessidade do “Fortalecimento da participação direta da população em todas as fases de planejamento

e da gestão democrática da cidade, especialmente das políticas públicas relacionadas à Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária”. Estes foram protocolados por membros dos grupos que fazem parte da Associação de Moradores do Rio Comprido, Águas do Canindú e Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios.

No tema de **METODOLOGIA DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR**, cabem os apontamentos que dizem respeito à metodologia e desenvolvimento da proposta, tanto das fases de diagnósticos quanto no desenvolvimento, como está especificado no capítulo anterior. Este tema representa 3,54% das contribuições recebidas.

As contribuições relativas ao tema versaram, em sua maioria, sobre a inclusão de um capítulo no Plano apenas sobre São Francisco Xavier, dando soluções focadas no distrito; como tratamento do saneamento básico, a necessidade da criação de uma subprefeitura local, a dotação de um orçamento próprio e o repasse direto para o distrito dos recursos obtidos com a produção de água. Nota-se o consenso dos munícipes na questão da inserção de um capítulo específico do distrito, sendo que os aspectos por um citado vêm a enfatizar a sua necessidade.

Outras contribuições abordadas foram as relacionadas à falta de estudos ambientais, como de macrodrenagem, microclima e emissão de poluentes, para basear a Proposta do Plano Diretor. Indica-se que estes estudos ocorram para que não haja um maior comprometimento da saúde e da qualidade de vida da população, que hoje já é grande.

Uma questão com relevância de contribuições foi a crítica de que a Proposta do Plano Diretor não estaria levando em conta tudo o que foi apresentado nas Oficinas dos outros anos. A população apontou também que a proposta do Plano Diretor não estabeleceu conexão com o resultado das Oficinas passadas.

Também foram apresentadas contribuições relativas à necessidade de contemplar no Plano Diretor os pactos de todos os segmentos da sociedade; da contemplação no Plano das características sociais e econômicas que os cidadãos joseenses esperam do futuro da cidade; da crítica ao formato do PD, esperando que ele fosse menos compartimentado e com maior diálogo entre as áreas e segmentos; da utilidade de se indicar na proposta do PD as áreas e lotes vazios com menos de 5.000 m²; da inserção dos perímetros dos núcleos urbanos informais da Zona Norte, que não foram contemplados no Plano Diretor por questões de cadastro, via imagens de satélite e fotografias aéreas no Plano Diretor e da contemplação do Plano de Desenvolvimento do Jaguari.

Algumas contribuições vão ao encontro com o período final do Plano Diretor, como o pedido de que as falas estejam no resultado final do Plano Diretor e a necessidade de que o próximo fórum seja similar ao da conferência das cidades, com a presença dos diversos segmentos do município.

Com a grande quantidade de comentários que não se encaixavam diretamente à Proposta do Plano Diretor, criou-se o tema **NÃO RELACIONADO DIRETAMENTE À PROPOSTA DO PLANO DIRETOR**, para que as contribuições não fossem excluídas da análise, este representa 3,54%.

Os apontamentos são das mais variadas naturezas, como a cobrança para a presença do Prefeito nos fóruns, posicionamento contra a existência de cantinas nas escolas e a forma de funcionamento do conselho de classe, limpeza de prédio abandonado. Finalização de obra pública e reativação de subprefeitura na região norte, além dos sinais de telefonia fixa e móvel na zona rural. O repasse de verbas para as SABs também foi pontuado.

Um munícipe apontou “o mito de que a Construção Civil traga benefícios para a cidade”, alegando que esta não é parceira da população, nem do sustentável, mas é precursora de desigualdade e pobreza e que, pelo fato de esta não se industrializar, faz com que a necessidade de mão de obra sem qualificação seja grande.

A Defensoria Pública solicitou que a prefeitura forneça assistência técnica para a população construir as casas dentro das normas, para não precisar ser demolida depois. E a Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares solicitou o acesso aos Correios.

Houve também uma contribuição escrita de parabenização e agradecimentos às obras da cidade, dizendo que “São José está bonita, a Via Leste, Cambuí ficará bonita, e a ponte do Shopping Colinas também ficará bonita”.

A violência sexual sofrida pelas mulheres marginalizadas, especialmente as negras e de baixa renda. Ainda sobre a comunidade Banhado, foi apontado que há vida no local e que deve ser considerada pelo poder público. E também houve o pedido para a administração pública parar com qualquer ação na cidade até que o Plano Diretor seja aprovado.

Receberam-se três documentos protocolados referentes às “Propostas em São Francisco Xavier”, produzidos pela ATUS e protocolados por sua representante, outra

membra do Conselho Gestor e advogada de núcleo informal, nas áreas de Governança: Criação de Subprefeitura, Conselho Administrativo Local, Dotação Orçamentária, Repasse financeiro por ser um Distrito Produtor de Água e Poupa Tempo local.

DOCUMENTOS PROTOCOLADOS NA PMSJC (SEURBS)

Durante o período dos Fóruns, a população e as entidades puderam também protocolar documentos na Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Foram recebidos 11 documentos no total e a análise será feita individualmente. Todos os documentos estão na íntegra no Anexo deste relatório.

O documento nº J8LNKB5R7W/3QR8QLE, com denominação “Sugestões de ajustes à Proposta Inicial do Plano Diretor”, da AABEA (Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências), aponta em tópicos as sugestões de ajuste no texto e nos mapas propostos no Caderno de Propostas do Plano Diretor, em consonância com o documento protocolado anteriormente. Apontam que essas sugestões são oriundas da coleta das Oficinas de Leitura Comunitária da Região Centro, ocorridas em 2017, que contaram com a presença de 31 moradores do Jd. Esplanada e Adjacências.

A ACONVAP (Associação das Construtoras do Vale do Paraíba), em parceria com o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e o SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo), na voz de seus representantes no Conselho Gestor, protocolou o documento de nº ACVP003/2018 e título “Análise da Proposta do PDDI de SJC”.

Este traz considerações a respeito da Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e da Paisagem Urbana e Rural e dos Instrumentos da Política Urbana para tratar de quatro questões: Coeficiente de aproveitamento básico único para toda a cidade; Estabelecimento de CA máximos dentro do Plano Diretor sem os estudos de Infraestrutura; Encarecimento dos empreendimentos; e Indefinições que levam à insegurança do mercado, apontando posteriormente que a Outorga Onerosa deve ser discutida em Lei específica e que faltam estudos e parâmetros na Proposta do Plano Diretor.

Dois munícipes protocolaram o documento de nº Ofício 30/EXT/18 com título “Sugestões para inserção ao Plano Diretor”. Este aponta que na análise da Proposta do

Plano Diretor e dos mapas temáticos 13, 14 e 15 existe uma grande incidência de restrições ambientais em sua propriedade localizada na região do Urbanova, solicitando estudos do substrato rochoso, relevo e solos que permita uma visão integrada das suscetibilidades, fragilidades e potencialidades dos terrenos que constituem a área para a implantação de Parque Linear e Unidade de Conservação Municipal.

O Movimento DEFENDEM SÃO JOSÉ protocolou o Ofício 22/2018 com título “Apresentação de propostas no processo de consulta pública referente a projeto de Plano Diretor elaborado pela Prefeitura”. Neste documento, solicita a consideração de seus pontos no projeto de Lei do novo Plano Diretor, como a inclusão de capítulo específico quanto à participação popular no processo de planejamento da cidade.

O Ofício 009/2018, da AEA (Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos), com título “Análise da Proposta da Prefeitura para o novo Plano de Diretor”, traz considerações de diversos temas, como a falta do Plano Geral de Macrodrenagem Urbana, falta de clareza nas medidas para evitar a conturbação com o município de Jacareí especialmente na zona Oeste, necessidade de demarcação de ZEIS para a construção de unidades habitacionais. Aponta ainda que não há menção às ferramentas de geoprocessamento e cadastro multifinalitário.

A AELO (Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano do Vale do Paraíba e Litoral Norte) protocolou documento com o título “Contribuição à proposta de elaboração do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI de São José dos Campos”, onde solicita a exclusão da tabela de Coeficientes de Aproveitamento, pois não existem estudos que geram segurança jurídico-econômico para tal. Também contesta os estudos que justificam os mapas 13, 14 e 15 e solicita esclarecimentos pela motivação técnica que levou a excluir os Parques Urbanos anteriormente inseridos na LC 306/2006.

O documento nº Ofício 441/EMP/2018, com título “Ajustes na delimitação da largura da APP, a ser inserida no novo Plano Diretor”, registrado pela Alfa Engenharia Ambiental, em nome de proprietários de lotes de terrenos e residências nos bairros Urbanova e Altos de Santana, solicita ajustes na delimitação da largura da APP proposta no Plano Diretor, de 50 metros, como em outros municípios às margens do Rio Paraíba do Sul.

Um vereador protocolou um Ofício com o nº191/GVJS/2018 com o título “Sugestão ao Plano Diretor – Parque Linear Jardim Santa Júlia”, e dá como sugestão a

criação de um Parque no Jd. Santa Júlia, na região sudeste, pois o bairro possui área de 117 mil metros quadrados entre áreas verdes e de Proteção Ambiental, a fim de proporcionar a comunidade local uma área de preservação e com a devida estrutura para a prática de esportes e lazer.

O Grupo de Estudos formado por moradores do Distrito de São Francisco Xavier protocolou um documento com título “Estudo: Distrito de São Francisco Xavier, Em Defesa da Vida. Revisão do Plano Diretor de São José dos Campos”. Este documento apresenta diversas propostas sobre o Distrito de São Francisco Xavier em todas as temáticas, e seu cerne é dado pela inclusão no Plano Diretor de um capítulo específico do distrito. Apontam ainda a necessidade de pensar em propostas a curto, médio e longo prazo para a organização do distrito e fomento da cultura e economia local, além da preservação ambiental.

Sobre o Ofício de nº 23/2018, o Movimento DEFENDEM SÃO JOSÉ protocolou o documento com nomenclatura “Sugestão de Participação popular para ser implementada na revisão do Plano Diretor em curso”. Apresenta uma proposta de participação popular, com diretrizes para os temas de Sistema de Acompanhamento e Controle, dos Âmbitos de Ação, das Instâncias do Sistema de Acompanhamento e Controle e da Consulta Pública, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, dos Fóruns de Discussão de Problemas Urbanos e das Audiências Públicas.

A AABEA, protocolou o Ofício nº J8LNKB5R7W/3QTBLN5 que possui o título “Encaminhamento de um conjunto de sugestões de ajustes à Proposta de Plano Diretor a serem apresentadas na reunião de 10 de Maio de 2018 com a SEURBS”. Onde apresentam uma série de sugestões sobre o a priorização do transporte público, revisão do Mapa 6 de malha viária, retirada da Via Banhado do Mapa 7 e a inserção da Via Vidoca, considerações sobre a continuidade do zoneamento residencial do Jd. Esplanada e preservação como patrimônio urbanístico, paisagístico, ambiental e cultural do bairro.

Este Ofício foi citado no documento protocolado no Fórum do Centro com a proposta da retirada da Via Banhado e implementação da Via Vidoca protocolado pela representante do movimento DEFENDEM São José, com a assinatura de 137 nomes.

Ainda no Fórum do Centro, foi protocolado um Abaixo-Assinado pela AABEA para “apoio ao conjunto de sugestões de ajustes à Proposta de Plano Diretor contido no Ofício nº J8LNKB5R7W/3QTBLN5 da AABEA”. O abaixo-assinado foi assinado pelos moradores do Jd. Esplanada e Adjacências presentes no Fórum Regional do Centro, com 43 assinaturas.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NO SITE OFICIAL DO PLANO DIRETOR

Foram registradas 89 contribuições online, sendo que a aba “Opiniões Sobre a Cidade” registrou apenas 07 contribuições e as demais foram feitas na aba “Ideias Para a Cidade”.

As sugestões referentes às **ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO** complementam a proposta do Plano Diretor. Quanto à ADE Aeroporto, é sugerida a inserção do projeto da Associação dos Engenheiros do ITA e inserção da área do Residencial Cambuí no perímetro da ADE. Para a ADE de potencial ambiental turística de SFX é solicitada atenção aos produtores e produtos locais no projeto.

Referente ao tema **ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL** foi sugerida a criação de corredores ecológicos e estratégias de preservação da fauna silvestre e a delimitação de um parque em São Francisco Xavier, com o intuito de proteger as nascentes da região. A criação de mecanismos no Plano Diretor de cobrança da SABESP e do DAEE para melhor eficácia nas ações de captação e tratamento do esgoto nas outorgas de lançamento de efluentes também foram apontadas.

O tema de **CENTRALIDADES URBANAS** é abordado ao questionar a inserção dos bairros Novo Horizonte e Campos de São José na proposta, sendo sugerida a alteração da centralidade para os bairros Cid. Vista Verde e Vila Tesouro. Também é evidenciada a necessidade de se fomentar outras centralidades na cidade além do centro tradicional, o que representa um consenso com a Proposta do Plano Diretor.

As contribuições referentes às **DIRETRIZES SETORIAIS** tiveram, em sua maioria, o subtema de meio ambiente, no qual foram sugeridas ações voltadas para o produtor rural, como incentivo financeiro, uso de tecnologias e planos de desenvolvimento. Também foi requerida a preservação e recuperação de nascentes. Foram sugeridos desde planos específicos até ações integradas com os moradores rurais.

No subtema de desenvolvimento econômico foi sugerida a valorização da mão de obra local, além de incentivo a pesquisas e empresas que queiram colaborar com os projetos de desenvolvimento do Plano Diretor.

Foi solicitada assistência social e conselho tutelar no Campo dos Alemães devido ao contato de jovens e adolescentes com álcool e drogas ilícitas. No subtema educação, foi

requerido incentivo à produção orgânica nas escolas para aprendizado dos alunos e complemento da merenda escolar, foi proposto também cursos de idiomas diversos na rede pública de ensino. As demais contribuições foram pertinentes a solicitações específicas de manutenção da cidade, como iluminação pública e plantio de árvores, além de infraestrutura de saneamento básico na região rural.

Quanto aos **EQUIPAMENTOS URBANOS E SOCIAIS** foram requeridos equipamentos diversos de saúde e educação na região Leste e Casa do Idoso na região de São Francisco Xavier.

O tema de **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL** recebeu propostas relacionadas à delimitação de ZEIS em locais nos quais o município tenha a possibilidade de implantar a infraestrutura necessária. Também foi mencionada a necessidade de delimitar como ZEIS os bolsões urbanos presentes na região rural do município. Foi pontuada a proposta de se evitar a construção de moradias verticalizadas para pessoas de baixa renda e também a ampliação do programa Casa Joseense, com ampliação de ofertas de unidades habitacionais.

As proposições apresentadas sobre o tema de **INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA** foram relativas à necessidade de aplicação efetiva e aumento de benefícios para quem utilizar-se do IPTU verde, com a implementação de incentivos fiscais para projetos de pequenas moradias e empreendimentos sustentáveis. A utilização do instrumento de direito de preempção para preservação de patrimônio ambiental em ambiente urbano.

A incorporação de propostas relacionadas ao Patrimônio Histórico, como a Transferência do Direito de Construir e a incorporação de lista transparente de quem necessita de moradia popular para que realmente eles consigam um teto, foi pontuada. Nota-se a similaridade com a parte do Plano de medidas sustentáveis e instrumentos de ordenamento do território.

Na área de **PARQUES URBANOS**, com o indicativo da necessidade de mais parques, tanto para melhoria do meio ambiente quanto para lazer dos munícipes.

As contribuições do site referentes aos temas **REGULAÇÃO DO PARCELAMENTO DO SOLO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DA PAISAGEM URBANA** trazem comentários sobre o zoneamento, com pessoas defendendo o fim das zonas estritamente residenciais e outras defendendo a zona mista explicitamente no bairro Jardim Esplanada.

Também se defende que a lei de zoneamento não seja muito rígida para permitir mais empreendimentos de uso residencial, comercial, serviço e industrial, bem como para não incitar posteriormente a necessidade de lei de anistia. Comenta-se a necessidade de fiscalização dos comércios irregulares.

Sugere-se também que na Macrozona de Consolidação tenha a determinação de cota mínima para construção de habitação de interesse social e demarcação de ZEIS em lotes menores do que 5.000 m². Por fim, reconhece-se que a regularização dos núcleos periurbanos de São Francisco Xavier possui impacto na preservação ambiental, em especial na questão hídrica, acrescentando que o parcelamento irregular também possui impacto negativo para o turismo.

As contribuições referentes à seção de **TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO** foram relacionadas à educação no trânsito, para pedestres, ciclistas e motoristas; sistema cicloviário, com as sugestões de sistema de bicicletas compartilhadas na cidade e a necessidade de ampliação da ciclovia no córrego Senhorinha e em São Francisco Xavier.

Em relação ao transporte coletivo foi pontuada a necessidade de implantação do BRT e melhoria da frota de ônibus. As contribuições em relação ao sistema viário foram pautadas nas requisições de mais retornos na Mário Covas; ponte interligando a Avenida dos Evangélicos (Campo dos Alemães) à Avenida Ouro Fino (Bosque dos Eucaliptos); ligação entre a SP-50 à Via Norte pela Estrada do Rio do Peixe; e a criação da marginal da Dutra no km 145, com ciclovia e via de pedestre.

No tema **METODOLOGIA DO FÓRUM**, apenas três contribuições se expressaram sobre a falta de divulgação dos fóruns regionais ou os locais onde ocorreram. Sobre **METODOLOGIA DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR**, as contribuições questionaram sobre a discordância entre a proposta de estruturação urbana e as áreas de desenvolvimento estratégico, sobre a escolha dos verbos de ação na proposta do Plano Diretor e sugeriram acrescentar estudo de viabilidade econômica no tema de centralidades.

A **PARTICIPAÇÃO POPULAR** possui colaborações relacionadas à ampliação dos mecanismos de monitoramento do desenvolvimento e cumprimento do plano diretor pela população.

Seis das contribuições coletadas são referentes ao tema **NÃO RELACIONADO DIRETAMENTE À PROPOSTA DO PLANO DIRETOR**, uma vez que propunham

regulamentação sobre ações comerciais ou questionavam o processo de abertura de empresas, o sistema burocrático público ou a atuação de associações de moradores.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A participação da população na etapa dos Fóruns de Discussão da Proposta do Plano Diretor foi mais representativa do que nas etapas anteriores. A população demonstrou maior interesse com o Plano e a PMSJC tem aumentado seus esforços para a divulgação dos trabalhos, diversificando os meios de comunicação.

É importante salientar que a população participou espontaneamente, pois os chamamentos ocorreram de forma pública e foram amplamente divulgados, como apontado anteriormente. Ressalta-se também os esforços realizados pelos movimentos populares e entidades em convidar seus representantes e membros para participar dos Fóruns.

A amostra populacional participante não é quantitativamente grande, embora a média seja maior do que na etapa anterior. Mesmo assim, é possível representar qualitativamente os intentos da população. Por meio dos consensos e dissensos apontados durante este documento, é possível entender quão assertivamente a proposta da PMSJC está sendo, de acordo com a população.

A avaliação geral da população foi 60,05% positiva (satisfeita), o que é considerado um bom resultado, pois mais da metade dos participantes que responderam a avaliação se sentiu satisfeita. Acredita-se que as avaliações regulares e insatisfeitas, que juntas somam 39,95%, sejam devido ao modelo do Fórum, que não possibilitou a discussão entre a PMSJC e os participantes, além das dificuldades da apresentação técnica, devido à complexidade do tema e de sua explanação.

Assim como na etapa anterior, as enunciações relativas à Mobilidade receberam destaque e muitos foram os dissensos entre a proposta do Plano Diretor e também entre a população de modo geral. A necessidade de melhorias no sistema de Transporte Público e a priorização deste em detrimento da construção de vias foram muito apontados.

A Via Banhado também foi um tema que apontou divergência entre a proposta do Plano e a aspiração da população, especialmente no que tange à necessidade da retirada da população do Jd. Nova Esperança da área para dar espaço à construção da via.

Como alternativa, duas entidades apresentaram uma proposta de construção da “Via Vidoca”. Contudo, esta, somente foi bem aceita pelos membros de tal entidade, e o restante da população não se posicionou favoravelmente.

Algumas contribuições foram sobre a relação da mobilidade e das Áreas de Desenvolvimento Estratégico. Os munícipes apontaram a falta de conexão entre os dois temas, demonstrando que as ADEs deveriam ter fácil acesso ao transporte.

O segundo tema mais abordado foi a Regulação do Parcelamento do Solo, sobre o qual houve dissenso entre os próprios moradores do Jd. Esplanada em relação ao zoneamento estritamente residencial. Neste tópico, a maioria é a favor de zoneamento estritamente residencial no bairro, enquanto poucos solicitam a mudança para zoneamento misto. Relativo ao bairro de Santana, os munícipes que falaram a respeito de zoneamento, contribuíram a favor da verticalização da área.

Outra posição pertinente ao tema é referente ao parcelamento do solo no distrito de São Francisco Xavier, onde a gentrificação causa o parcelamento abaixo do módulo rural mínimo. Este é um dissenso, já que a Proposta do Plano Diretor não trata dessa questão em São Francisco Xavier.

O terceiro destaque refere-se à Habitação de Interesse Social. Tanto a população que reside nos núcleos informais quanto a população que não reside se mostraram favoráveis à regularização dos núcleos informais, o que caracterizou um grande consenso, já que nenhum apontamento contrário foi registrado.

A presença dos moradores dos núcleos urbanos informais foi muito expressiva, assim como suas solicitações para a alteração do Mapa e a demarcação de todos os núcleos, bem como a regularização destes. A demarcação de ZEIS dentro das áreas infraestruturadas também foi apontada, o que apresenta um consenso entre um apontamento e a Proposta do Plano Diretor, no qual é uma diretriz o adensamento dentro das áreas infraestruturadas, mas esta não é demarcada no mapa, o que representa um dissenso com a vontade da população.

Além da necessidade da regularização fundiária dos núcleos urbanos informais, foi muito apontada a necessidade de demarcação de ZEIS em áreas da macrozona

consolidada; a utilização de todos os instrumentos necessários para promover a habitação de interesse social na região infraestruturada; política de regularização fundiária e associação desta com a política de prevenção e redução de riscos, mobilidade urbana, macrodrenagem e demais políticas setoriais para reduzir as desigualdades sociais.

A inserção de um capítulo para tratar a respeito do Distrito de São Francisco Xavier também foi muito apontada pelos moradores do mesmo, pois este possui especificidades que não se enquadram no restante do município, tampouco na estruturação das macrozonas urbanas.

Outro ponto que vale ser destacado é a demarcação dos vazios urbanos menores que 5.000 m², pois a população apontou que existe a necessidade de criar centralidades e preencher os vazios urbanos, especialmente com a alocação de população, deve-se priorizar os vazios na macrozona de consolidação. Apontou-se como uma falha tais vazios não serem demarcados.

De modo geral, os Fóruns Regionais de Discussão da Proposta do Plano Diretor trouxeram uma visão ampla ao poder público de como sua proposta respondeu àquilo que a população necessita, e espera-se, com as próximas etapas, construir um Plano Diretor de qualidade, que atenda à população.

Este relatório buscou documentar e retratar os Fóruns Regionais realizados em Maio de 2018 como etapa da elaboração do Plano Diretor. Pretende-se que este documento seja analisado, para contribuir com as próximas etapas da elaboração/revisão do Plano Diretor, que irão resultar na atualização da Proposta do Plano Diretor e, posteriormente, na Minuta do Projeto de Lei.

6. ANEXOS

LISTAS DE PRESENÇA

INSCRIÇÕES DE FALA

CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS

DOCUMENTOS PROTOCOLADOS

AVALIAÇÕES

DOCUMENTOS PROTOCOLADOS NA SEURBS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES DOS FÓRUNS REGIONAIS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES COLETADAS NO SITE

TABELA DE DOCUMENTOS PROTOCOLADOS NA PMSJC/SEURBS